CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA – UNORP

NORMA DE CAMPOS AMAZONAS

A ADOÇÃO NO RELACIONAMENTO HOMOAFETIVO E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO SEXUAL DO ADOTADO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

**SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
2009**

NORMA DE CAMPOS AMAZONAS

A ADOÇÃO NO RELACIONAMENTO HOMOAFETIVO E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO SEXUAL NO ADOTADO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Monografia apresentada à UNORP-Centro Universitário do Norte Paulista de São José do Rio Preto-SP, como parte das exigências para a obtenção do título de Especialista em Perícia Criminal e Biologia Forense (Área: Bioética).

Orientador: Prof.^o Dr. Eudes Quintino de Oliveira Junior.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
2009

Amazonas, Norma de Campos.

A adoção no relacionamento homoafetivo e o processo de identificação sexual do adotado./ Norma de Campos Amazonas. 2009.
f; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Perícia Criminal e Biologia Forense) – Área: Bioética
Centro Universitário do Norte Paulista, São José do Rio Preto, 2009.
Bibliografia: f. 58-61

1. Adoção. 2. Família. 3. Homossexualidade. 4. Homoparentalidade.
I. Título.

NORMA DE CAMPOS AMAZONAS

A ADOÇÃO NO RELACIONAMENTO HOMOAFETIVO E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO SEXUAL DO ADOTADO.

Monografia apresentada à UNORP- Centro Universitário do Norte Paulista, de São José do Rio Preto-SP, como parte das exigências para a obtenção do título de Especialista em Perícia Criminal e Biologia Forense (Área: Bioética).

APROVADO EM:

PROF. DR. EUDES QUINTINO DE OLIVEIRA JUNIOR

BANCA EXAMINADORA

**SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP
2009**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Normando Nogueira Amazonas (*in memoriam*) e Ruth Aparecida de Campos Amazonas, que me proporcionaram a oportunidade da vida, para que eu pudesse crescer, aprender com os acertos e erros, respeitar o próximo e compreender que a vida é muito mais que existir; é fazer acontecer, materializar sonhos e intenções, porque o futuro eu crio a partir do que eu realizar agora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dotado de saúde física e mental, me fortalecendo e me fazendo crer no ser humano, mesmo com todas as vicissitudes que a vida nos impõe a todo momento.

Meu agradecimento especial ao Dr. Eudes Quintino de Oliveira Junior, Reitor da UNORP, coordenador do curso e meu orientador, que me encorajou nesta empreitada, com profissionalismo, entusiasmo, ética e competência.

À Esp. Maria Fernanda Cardozo, também coordenadora da UNIPÓS, que sempre esteve ao lado dos alunos de maneira incansável e solícita, dirimindo dúvidas, aparando arestas e acolhendo-nos sempre de forma madura e equilibrada, o meu muito obrigada.

Às minhas colegas de profissão e amigas pessoais do Tribunal de Justiça, Cristiane Calvo, Nicole Medeiros Guimarães e Sara Teresa Perez Morais, que colaboraram com indicações de material pertinente ao tema escolhido, livros, artigos, sites e sugestões sempre bem vindas que só enriqueceram e acrescentaram na elaboração do meu trabalho.

Aos demais amigos e colegas que me incentivaram e me apoiaram direta ou indiretamente, o meu reconhecido agradecimento.

RESUMO

A homossexualidade faz parte da humanidade e, nessa questão, a sociedade contemporânea traz inculcida ainda o ranço do preconceito e da intolerância. Nas diferentes expressões da sexualidade humana, o indivíduo homossexual vem tentando lograr o seu espaço, e se fazer ouvir no que concerne aos seus direitos e obrigações como cidadão, que lhe devem ser assegurados, livres do preconceito e da discriminação. Com a transformação ocorrida na família nos últimos séculos e o surgimento das novas configurações familiares, a união homoafetiva vem ganhando visibilidade, buscando, a cada dia, o respaldo jurídico que garante a essa parcela da sociedade as condições de igualdade e equiparação à entidade familiar, visto que há muito deixou de ser uma sociedade de fato para se tornar uma sociedade de afeto. Na tentativa de se exercer efetivamente a parentalidade, é que a questão esbarra na competência das varas de família. Pode o homossexual adotar uma criança? Existe possibilidade dessa criança se tornar um homossexual? Como ficam para essa criança as referências parentais, importantes ao seu desenvolvimento psíquico? Diante de tais indagações, a justiça vai caminhando a passos lentos, porém, o que se percebe é que os empecilhos são morais, mas que têm que ser transpostos um a um, dia após dia.

PALAVRAS CHAVE: ADOÇÃO, FAMÍLIA, HOMOSSEXUALIDADE, HOMOPARENTALIDADE.

ABSTRACT

The homosexuality is part of the mankind, and it still has the rancidity of prejudice and intolerance in the contemporary society. In the various human sexuality expressions, the homosexual individual has been trying to get his space and to be heard in what it concern about his rights and obligations as a citizen, that must be warranted, free of prejudice and discrimination. The transformation of families in the latest centuries and the appearing of new familiar configurations, the homoaffective union is conquering space and seeking after judicial support, that guarantee to this parcel of society equality and equalization conditions to familiar entity, once it is not a society in fact anymore, but a society of affection. This subject beats slightly against the familiar jurisdiction, when it try to practice the parentality, effectively. Can a homosexual adopt a child? Is there the possibility of the child became a homosexual? How will be important parental references to this child psychic development? In the face of these indagations, the justice is walking slowly, however what we can see is that the obstacles are moral, but must be overcome, one by one, day by day.

KEYWORDS: ADOPTION, FAMILY, HOMOPARENTALITY, HOMOSEXUALITY.

*“... E a gente vive junto
E a gente se dá bem
Não desejamos mal a quase ninguém
E a gente vai à luta
E conhece a dor
Consideramos justa
Toda forma de amor”.*
(Lulu Santos)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DESENVOLVIMENTO.....	12
2.1 HOMOSSEXUALIDADE.....	12
2.1.1 Conceitos Médico e Legal.....	12
2.1.2 Breve relato histórico da homossexualidade.....	13
2.1.3 As diferentes expressões da sexualidade humana: Heterossexual/homossexual/bissexual/travesti/transsexual.....	16
2.1.4 Identidade sexual, sua formação e métodos de adequação.....	19
2.1.5 Orientação sexual como opção e escolha do indivíduo.....	21
2.2 RELACIONAMENTO HOMOAFETIVO.....	22
2.2.1 Conceito.....	22
2.2.2 Legislação brasileira a respeito.....	22
2.2.3 Direitos e deveres entre conviventes (Projeto de lei 1551/95, de Marta Suplicy, disciplinando a união entre pessoas do mesmo sexo, visando proteger os direitos de propriedade, sucessão e outros; Instrução Normativa nº 50, do INSS, de 08/05/2001, concedendo benefícios previdenciários a companheiros homossexuais..	23
2.2.4 Direito à homoparentalidade (conceito socioafetivo e não biológico).....	24
2.2.5 Preconceito social diante do relacionamento homossexual; influência da mídia...	26
2.3 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES.....	30
2.3.1 Conceito de família na legislação brasileira; Entidade familiar (226 §3º da Constituição Federal).....	30
2.3.2 As novas famílias e o conceito de parentalidade.....	31
2.3.3 Família tradicional ligada a vínculos consangüíneos.....	34
2.3.4 A família monoparental e a família homoparental.....	35
2.3.5 Filiação brasileira, de acordo com o art. 227 da CF.....	36
2.3.6 O processo de identificação sexual do adotado.....	37
2.4 A ADOÇÃO EM FAVOR DO HOMOSSEXUAL.....	40
2.4.1 Breve histórico da adoção.....	40
2.4.2 Conceito de adoção e sua finalidade social.....	41

2.4.3 Regramento da adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Civil.....	42
2.4.4 Legitimidade para adotar, requisitos objetivos e subjetivos.....	44
2.4.5 Adoção conjunta e unilateral.....	45
2.4.6 A não exigência de constituição de família ou restrição quanto à sexualidade dos candidatos à adoção.....	46
2.4.7 Princípio da isonomia: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.....	47
2.4.8 O direito do homossexual figurar no cadastro de pretendentes à adoção.....	47
2.4.9 Importância do acompanhamento psicossocial nas adoções.....	48
2.5 PROVIDÊNCIAS CARTORÁRIAS E DOCUMENTAIS.....	50
2.5.1 Mandado Judicial para as anotações na certidão de nascimento do adotado.....	50
2.5.2 Nomes que devem figurar nas condições de pai e mãe, avós paternos maternos e do adotado.....	51
2.5.3 Projetos de Lei que visam regulamentar a adoção por homossexual.....	51
2.5.4 Tendência da jurisprudência pátria a respeito.....	52
2.5.5 Decisões favoráveis relacionadas com o tema.....	52
3 CONCLUSÕES.....	55
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
5 ANEXOS.....	62

1- INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade trazer à baila um tema polêmico e que existe desde os tempos mais remotos até os dias atuais, que é a “Homossexualidade”, mas que embora ainda carregue conotações pejorativas, em decorrência de todos os preconceitos, tabus e estereótipos a ela atribuídos, tem conseguido despertar um novo olhar sobre o assunto.

Entretanto, o que será abordado aqui, especificamente, é o relacionamento homoafetivo e a possibilidade de adoção neste novo contexto.

Com o passar dos tempos, valores e costumes foram se adequando a uma nova realidade, muitas vezes de forma velada, mas não menos estigmatizante. O modelo heterocêntrico de família até então, não impediu que houvesse uma revolução nos conceitos, de forma significativa, alterando a sua estrutura e funcionamento.

As novas configurações familiares, os novos arranjos decorrentes das uniões desfeitas na sociedade contemporânea, têm permitido que crianças hoje sejam criadas não somente dentro de um modelo de família patriarcal ou nuclear, mas também dentro de um modelo de família monoparental, em que apenas um dos pais exerce efetivamente o papel a título de vínculo familiar, assim como também dentro de um modelo de família homoparental, que é a razão do presente estudo.

Segundo Dias (2004), “A base da constituição da família deixou de ter fins procriativos, de gerar filhos, para se concentrar na troca de afetos, na troca de interesses comuns, de responsabilidades e compromissos mútuos”.

O modelo clássico de família estabelecida por vínculos consangüíneos, já não é o único existente na atualidade, não bastando mais os laços genéticos/biológicos e sim o vínculo afetivo, o envolvimento emocional, o que vem sendo denominado hoje de família “eudemonista” ou o eudemonismo, que é a doutrina que considera a busca de uma vida feliz, seja em âmbito individual ou coletivo. (DIAS, 2009).

O presente trabalho vem, portanto, contribuir para a reflexão de uma nova realidade no tocante à adoção por casais homoafetivos, situação que tem ganhado projeção nos dias atuais, mostrando à sociedade que a existência da diversidade sexual poderá desconstruir preconceitos e quebrar paradigmas.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1 HOMOSSEXUALIDADE

2.1.1 Conceitos médico e legal:

Etimologicamente a palavra “homossexual” é formada pela junção de dois vocábulos: *homo*, do grego, que significa semelhante, e *sexu*, do latim, relativo ou pertinente ao mesmo sexo. Ainda, “O termo foi cunhado em 1869 pelo médico húngaro Karoli Maria Kertbeny para designar, segundo uma terminologia clínica, todas as formas de amor carnal entre pessoas do mesmo sexo, impondo-se nas sociedades ocidentais a palavra heterossexualidade, que foi criada em 1888”.¹

Em 1935, numa carta destinada a uma mãe americana, Freud sintetiza em sábias palavras o que, mesmo nos dias de hoje, um psicanalista poderia dizer a uma mãe que o procurasse em seu consultório: [...] “O homossexualismo não é vantagem, mas não é nada de que alguém deva envergonhar-se: não é vício nem degradação. Não pode ser classificado como doença”.²

Assim, em 1973, nos EUA, a Associação Americana de Psiquiatria foi pioneira ao retirar a homossexualidade da lista das anomalias. No Brasil, em 09 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina decretou sem efeito o Código 302 da Classificação Internacional de Doenças da OMS, que rotulava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual.

Pondera-se que do ponto de vista psicológico, “a homossexualidade é encarada como um distúrbio de identidade, e não como uma doença. Também não é hereditária nem é uma opção consciente ou deliberada”. (DIAS, 2004, p.88).

Nasio (2003, p.53) salienta que: “A homossexualidade não é nem uma perversão nem uma doença, mas uma modalidade própria do amor, uma maneira particular de amar e se sentir amado”.

Segundo Dias, (2004, p. 36).

No principio, chamava-se de *sodomia* as relações de pessoas do mesmo sexo. Seguiu-se a expressão *homossexualismo*, que foi afastada por significar “desvio ou

1- GIORGIS, José Carlos Teixeira *In*: ZAMBRANO, Elizabeth, 2006, p. 04

2-MACEDO, Daniele Cristina Alaniz e ALEXANDRE, Eliane Sobrinho. “Uma Visão Jurídica e Social da Homossexualidade”, 2003, p.17.

transtorno sexual”. O sufixo “ismo” utilizado para identificar doença foi substituído por “dade”, que quer dizer “um modo de ser”. Assim surgiu a palavra *homossexualidade*, que na Classificação Mundial das Doenças-CID, passou a nominar: “transtorno da preferência sexual”.

A referida autora acabou criando o neologismo “homoafetividade”, que evidencia uma menor conotação pejorativa, demonstrando que o aspecto mais relevante não é de ordem sexual, mas sim a afetividade, ou seja, o afeto independe do sexo do par.

Tal situação reflete uma discordância que, embora “As ciências médicas e psicológicas, que modernamente já retiraram a homossexualidade do nicho das patologias, o Direito ainda trata com parcimônia e preconceito os conflitos e demandas oriundos das relações entre pessoas do mesmo sexo”.³

E além disso, mesmo que “A Constituição tenha vindo com ares de modernidade, outorgar proteção à família, independentemente da celebração do casamento, continuaram ignoradas as entidades familiares formadas por pessoas do mesmo sexo”.⁴

Embora inexista legislação que contemple os direitos emergentes das relações homossexuais, isso não vem sendo impedimento para que tais questões cheguem às portas do judiciário.

2.1.2 Breve relato histórico da homossexualidade:

Goethe, poeta e pesquisador costumava dizer que “A homossexualidade é tão antiga quanto a própria humanidade”. (MACEDO; ALEXANDRE, 2003, p.05).

Analisando tal afirmação, que à primeira vista pode parecer exagerada, infere-se que nela há um amplo grau de veracidade, já que o comportamento homossexual se manifesta durante o desenvolvimento e a construção da sexualidade.

Figueiredo (2008, p.19) salienta que:

No passado mais remoto da humanidade, já há registros a respeito da homossexualidade (quase sempre masculina). No mais das vezes, concomitantemente, encontra-se o repúdio, a repressão, aquilo que modernamente vem sendo chamado de homofobia.

No período neolítico, o homem do gelo, apelidado de “Otzi”, encontrado em uma geleira no norte da Itália, revelou um fato inédito: além de ter morrido lutando com seus inimigos, provavelmente, teve uma relação homossexual antes disso. Vestígios indicaram a

3- VARGAS, Fábio de Oliveira. “Direito sucessório na união homossexual”., Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10742>>, acesso em 18/04/09.

4- DIAS, Maria Berenice. “Conversando sobre homoafetividade”, 2004, p.119.

presença de espermatozoides em seu corpo. Se isso for verdade, considerando que ele morreu por volta de 5.000 anos atrás, é provável que a história do homossexualismo anteceda essa era.⁵

Isso só vem demonstrar que a homossexualidade sempre existiu como uma prática comum, e o que muda é a maneira como cada sociedade encara esse tipo de prática sexual.

Pesquisando a história do homem, constata-se que na Grécia a homossexualidade era uma prática comum e cultuada, contribuindo para a intelectualidade, a estética corporal e a ética comportamental. Ela tinha características pedagógicas e geralmente era praticada entre amantes com grande diferença de idade.⁶

O que importava era a condição de domínio-submissão e não a escolha do parceiro sexual, porém, aquele que desempenhava o papel passivo, se achava em posição servil e inferior com relação ao outro.

Entende-se que a homossexualidade masculina pode ser ativa ou passiva; consiste na relação de homem com homem como realização de uma satisfação carnal. É conhecida também por: pederastia, sodomia e uranismo, enquanto a homossexualidade feminina é a relação sexual entre mulheres, e recebe outras três denominações: safismo, lesbianismo ou tribadismo.

Muitas são as denominações para um mesmo conceito, que segundo (COSTA), 1994 *apud* FIGUEIREDO, 2008, p.20, explica que: “A pederastia, ou seja, a relação sexual entre homem mais velho, o erastes, e o rapaz jovem, o erômenos, era aprovada, incentivada e tomada como modelo de ética amorosa, porém, a pederastia não coincide com a relação homossexual dos dias atuais. As palavras ‘homossexualidade’ e ‘heterossexualidade’ não existiam na Grécia, porque simplesmente não existia a idéia de ‘sexualidade’, sendo esta uma construção cultural recente, como mostrou ‘FOUCAULT...’.

Para Macedo e Alexandre (2003, p.06-07), o tema na Antiguidade, sob o ponto de vista histórico, pode ser assim considerado:

A homossexualidade grega baseava-se principalmente na depreciação das mulheres, e os homens que as cortejavam com frequência eram vistos como efeminados pelos homens homossexuais, pois, segundo estes, desperdiçavam muito tempo com criaturas tão inferiores. Já em Roma, a homossexualidade não era estimada nem rejeitada, mas diversamente dos gregos, não havia rejeição às mulheres pelos homossexuais, porém, com a expansão do Cristianismo, a homossexualidade passou a ser considerada um vício, uma anomalia psicológica, sendo tratada pelos ingleses como crime até a década de 60.

5- PADOVEZE, João Alberto. “Adoção de crianças por casais homossexuais”. Disponível em < <http://www.jurisway.org.br> >, acesso em 14/07/09.

6-MACEDO, Daniele Cristina Alaniz e ALEXANDRE, Eliane Sobrinho. “Uma Visão Jurídica e Social da Homossexualidade”, 2003, p. 05.

Na Grécia, a homossexualidade ganhou um maior vulto, pois o relacionamento entre homens era considerado mais nobre e estético do que o heterossexual, concedendo status à pessoa que o praticava. Com o advento do Cristianismo, houve uma inversão de valores, a forma com que a sociedade via a homossexualidade, passou a ser vista como algo pecaminoso, já que a Bíblia condenou o amor homossexual tanto no Levítico, como no capítulo da destruição de Sodoma e Gomorra. (PINTO, 2002).

Em decorrência da forte repressão que nossa sociedade exerce sobre a homossexualidade, a tendência é considerar que o fato da homossexualidade ser admitida na Grécia e em Roma, provaria nessas sociedades, a ausência de repressão, mas não era o que ocorria, pois a prática era tolerada e até estimulada, no entanto não se admitia qualquer forma de homofilia, (homo = o mesmo; filia = amizade), ou seja, a amizade com pessoas do mesmo sexo. (CHAUÍ, 1984)

Segundo Chauí, (1984, p.77), “A repressão se define como o sistema de normas, regras, leis e valores explícitos que uma sociedade estabelece no tocante a permissões e proibições nas práticas sexuais genitais”.

Continuando o seu raciocínio,

A história, a cultura, a igreja, a simbolização, os interditos e a repressão sexual modificam as normas relativas à sexualidade humana, tornando-as alguns momentos, bastante flexíveis, em outros, extremamente rígidas, no entanto, observa-se que as diversas condutas sexuais apresentadas pelo sujeito, em dados momentos são aceitas, mas em outros são reprimidas e, para as práticas e comportamentos sexuais desviantes e não aceitos, as punições aos praticantes eram e ainda são severas, como o que se presencia nos dias atuais, situações como a exclusão, a discriminação, o ostracismo e até a violência. (CHAUÍ, 1984, p. 77)

Foucault (1980, p.27), reconhece a necessidade de se falar de sexo como “algo que não se deve condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se”.

A história revela que os homossexuais foram perseguidos durante séculos como verdadeiros párias, sodomitas, homófilos ou pederastas, portadores de anomalias e taras, sendo o fenômeno considerado, sucessivamente, como inversão, perversão, sintoma derivado de circunstâncias psicossociais, desajuste comunitário, desvio adquirido do impulso sexual, enquanto prestigiados cientistas atuais a atribuem a um estado da natureza com fortes origens biológicas e não culturais.⁷

7- GIORGIS, José Carlos Teixeira. *In*: ZAMBRANO, Elizabeth, 2006, p. 04)

Segundo pesquisas, os componentes psicológicos, sociais e genéticos favorecem uma pré-disposição para a homossexualidade, embora cientificamente ninguém explique as causas de uma pessoa ser homossexual ou heterossexual. O que se sabe é que nenhum homossexual optou por esse desejo, assim como os héteros também não. Ninguém escolhe nascer homo ou bi ou hétero, mas poderá escolher de que forma quer viver.

Neste contexto, “A homossexualidade não é simplesmente uma prática sexual com um indivíduo fisicamente igual. A homossexualidade é um desejo de se vincular emocional e sexualmente com alguém do mesmo sexo”. (PICAZZIO, 1998, p.25)

Verifica-se que a nossa sociedade ainda perpetua uma visão reducionista da sexualidade, restringindo-a à reprodução e à genitalização, valores estes fortemente arraigados da modernidade (em especial, os vinculados às religiões, à ciência, à medicina, ao direito e à psicologia). (CHAUÍ, 1984)

No Brasil, a discriminação é mais contundente, em virtude da influência religiosa, por se tratar de um País católico. Repudia-se o que não seja sacramentado pelo matrimônio, acreditando ainda no dogma de que a união deva perdurar até que a morte os separe. (DIAS, 2004).

A homossexualidade se faz presente também no mundo das Artes e da Ciência, em que alguns dos mais brilhantes nomes como Leonardo da Vinci, Chopin, Tchaikowski, Oscar Wilde e Santos Dumont eram tidos como homossexuais. A homossexualidade é, portanto, uma tendência antiqüíssima. Várias sociedades, nos cinco continentes, já reconhecem há muito tempo a legitimidade da união conjugal entre pessoas do mesmo sexo. (MACEDO; ALEXANDRE, 2003, p. 08)

A Holanda, que já admitia o registro da união homossexual, foi o primeiro País do mundo a autorizar, no ano de 1998, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e, inclusive, transformar as uniões existentes em casamento, só não admitindo a adoção. Já a Dinamarca, Suécia, Noruega, Groenlândia e Islândia possuem leis que concedem à parceria os mesmos direitos das pessoas casadas, só havendo também o impedimento da adoção. (DIAS, 2004, p.92).

2.1.3 As diferentes expressões da sexualidade humana:

Homossexual/Heterossexual/Bissexual/Travesti/Transexual/Hermafrodita. –

Homossexual:

Quanto à definição de homossexualidade, de acordo com Dias (2000) tem “Origem etimológica grega, ou homo, que exprime a idéia de semelhança, igual, análogo, ou seja, homólogo ou semelhante ao sexo que a pessoa almeja ter”.

A orientação afetivo-sexual destas pessoas é despertada em relação a outra pessoa do mesmo sexo, ou seja, trata-se de algo interno que ainda não pode ser explicado pela ciência e, portanto, independe de escolha, a única opção que se tem é sobre a exteriorização ou não de sua orientação sexual.

-Heterossexual:

De acordo com o Dicionário Eletrônico Houaiss, refere-se “ao tipo de afinidade, atração e/ou prática sexual entre indivíduos de sexo oposto”.

O homem e a mulher heterossexual que tem como objeto de amor e desejo sexual, o sexo oposto. Eles têm o corpo feminino ou masculino e sentem-se como tal.

-Bissexual:

Segundo Macedo e Alexandre (2003), a bissexualidade “Consiste na atração física, emocional e espiritual por pessoas tanto do mesmo sexo como do oposto, com níveis variantes de interesse por cada um, e a identidade correspondente a esta orientação sexual. Pessoa com orientação afetivo-sexual dupla, e o objeto do desejo e do amor é variável ao longo da vida”.

Não podem ser confundidos com bissexuais aqueles que um dia se casaram, tiveram filhos e depois se envolveram em relacionamentos homossexuais. Pois é possível que ainda não tivessem seguros a respeito da sua verdadeira orientação afetivo-sexual.

-Travesti:

Para Zambrano (2006), travestis são “Homens que fazem uso de roupas e modificações corporais para se parecerem com uma mulher, mas que não buscam a cirurgia de ‘troca de sexo’. Na prática, a diferenciação entre travestis e transexuais é bastante tênue”.

No sentido fisiológico, o travesti é um homem, mas se relaciona com o mundo como se fosse uma mulher: seu corpo é moldado com formas femininas, socialmente exerce o papel da mulher, mas na intimidade usa às vezes seu pênis em suas relações sexuais, masturbando-se quando passiva o que é mais comum ou quando o mesmo exerce o papel sexual ativo. O

travesti utiliza roupas do sexo oposto como mero fetiche, não repudiando a sua identidade de gênero.

-Transexual:

Os transexuais sentem-se com o corpo trocado e buscam sempre que possível a cirurgia para a mudança de sexo, já que não desejam ser apenas uma caricatura de homem ou mulher, conforme o caso. Buscam a adequação corpo/psíquê.

Para a jurista Maria Helena Diniz, a transexualidade é a condição sexual da pessoa que rejeita sua identidade genética e a própria anatomia de seu gênero, identificando-se psicologicamente com o gênero oposto. Trata-se de um drama jurídico-existencial, por haver uma cisão entre a identidade sexual física e psíquica.

Segundo Lopes e Veloso (2004), pode-se classificar os transexuais em:

O transexual pode ser primário ou secundário. O transexual primário é aquele que, desde os primeiros anos de vida, de forma precoce, já possui vontade compulsiva em pertencer ao sexo oposto. Essa vontade perdura de maneira imperativa e só cessa com a realização da cirurgia de transgenitalização ou mudança de sexo.

Já o transexual secundário é aquele que vem desenvolver tendências transexuais em idade mais avançada, nele encontrando-se alternadamente fases de atividade homossexual e de travestismo. No primeiro caso, recomenda-se a cirurgia de transgenitalização sexual, porém, no segundo caso, não é recomendado, em virtude da inconstância sexual do indivíduo.

Essa diferenciação é de suma importância para que não haja erros de conceituação e para que o transexual seja – de forma absoluta – não mais confundido com nenhuma dessas outras denominações que identificamos acima.⁸

-Hermafrodita ou Intersexo:

Macedo e Alexandre (2003) definem os hermafroditas como: “Pessoas que nascem com cromossomos defeituosos, com o envio de mensagens genéticas incorretas para a formação de ovários ou testículos, acarretando desequilíbrio na dosagem de hormônios sexuais. Internamente, o hermafrodita tem ambos os sexos mal formados. Vale dizer que são raros os casos encontrados em todo o mundo”.

Em geral, a genitália externa é ambígua com características morfológicas predominantes do tipo masculino, o que conduz a determinação do sexo como masculino. A

8- LOPES, Bárbara Martins e VELOSO, Bruno Henning. “*Dignidade e respeito reciprocamente considerados*”: A mudança do nome por transexual na comunidade brasileira. Disponível em: < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6504>>, acesso em 08/08/09.

genitália interna pode conter útero, trompas, epidídimo e ductos deferentes. Estes indivíduos são estéreis. Na puberdade, podem apresentar desenvolvimento das mamas e menstruação.

Especialistas explicam que ao tratar pessoas com genitália ambígua, deve-se ter o cuidado em ser “autoridades”, em prover informação e aconselhamento e não ser “autoritários” em suas ações. Recomendam, ainda, que “Deve-se permitir ao paciente pós-púbere um tempo para considerar, refletir, discutir e avaliar e, só então, ter a última palavra na modificação de sua genitália, papel de gênero e designação sexual final” (SANTOS; ARAÚJO, 2003).

Observou-se que o termo hermafrodita, já bastante estigmatizado, foi suplantado pelo termo intersexual, precisamente porque hermafrodita abarcava apenas a questão dos genitais visíveis. Já os intersexuais, são tidos como transgêneros.

2.1.4 Identidade sexual, sua formação e métodos de adequação:

A sexualidade do indivíduo é formada ainda na infância, juntamente com os fatores biopsicossociais, elementos básicos desenvolvidos simultaneamente e de maneira interligada, para formar a identidade corporal e genital.

É importante se entender a homossexualidade sob o aspecto psicológico, conhecendo alguns termos utilizados por especialistas, tais como: transgênero, identidade de gênero, papéis de gênero, orientação e papel afetivo-sexuais, todos eles desenvolvidos inicialmente na infância. (MACEDO; ALEXANDRE, 2003)

A identidade sexual é quem a pessoa acredita ser. A partir do sexo biológico “masculino” ou “feminino”, é que vai se construir a identidade sexual do indivíduo, sendo importante lembrar que esta não se resume ao fato de se ter um pênis ou uma vagina, mas esses órgãos contribuem para a sua formação.

O termo transgênero inclui pessoas transexuais, travestis, intersexuais ou hermafroditas e todas as outras cujo comportamento social seja incongruente com o sexo designado no nascimento. Pode-se dizer que a transexualidade é um transtorno de identidade de gênero, onde o indivíduo apresenta um corpo biológico incompatível com o que ele sente.

Um exemplo conhecido é o caso de Roberta Close, que nasceu menino, mas sempre se viu como uma menina, já na adolescência tomou hormônios, travestindo-se de mulher, a forma que se sentia, até chegar o momento da cirurgia de mudança de sexo (transgenitalização ou redesignação sexual), quando conseguiu adequar corpo e mente.

Picázio (1988, p.21) afirma que: “A identidade sexual é formada ao longo da vida através da imagem física, de como a pessoa é tratada e como ela se sente. Nesse sentir é que reside a dúvida de como a identidade sexual pode ser construída, já que o sentir é individual e, portanto, único”.

A identidade de gênero é a forma de um indivíduo se perceber e ser percebido pelos outros como masculino ou feminino, de acordo com os significados desses termos construídos pela cultura à qual pertence. É tudo o que a própria pessoa espera de si, em função de classificar-se, naquela sociedade, como homem ou mulher: “o lugar simbólico a ser ocupado nas relações com os outros, os tipos de roupas que deve vestir, os comportamentos prescritos e os interditos, além dos sentimentos que se presume deva experimentar”.⁹

Na idade adulta, os papéis de gênero e a identidade de gênero estão completamente desenvolvidos, no entanto essa orientação, dependendo das circunstâncias por qual a pessoa passa, poderá ser temporária, se explicando dessa forma a homossexualidade, ocorrida dentro de presídios, locais de contenção, exército, onde a pessoa pode “ser” ou “estar” heterossexual ou “ser” ou “estar” homossexual. (MACEDO; ALEXANDRE, 2003)

Métodos de adequação

Dentre todas as minorias sexuais, talvez não seja exagero afirmar que sejam os transexuais as maiores vítimas da incompreensão. O senso comum os rotula de homossexuais ou travestis que querem virar mulher. Os especialistas os definem como pessoas que se identificam psíquica e socialmente com o sexo oposto.

Geralmente, são pessoas que não aceitam a sua anatomia e sonham um dia poder adequá-las de acordo com a sua *psiquê*, de acordo com o que sentem que são. Esse conflito que se instala no indivíduo só encontra ressonância na possibilidade da cirurgia de “transgenitalização”, ou “mudança de sexo”.

Tal perspectiva fez com que o CFM (Conselho Federal de Medicina) em 1997 publicasse a Resolução de número 1.482/97 e tornasse ética a cirurgia, porém, somente em caráter experimental, restrita a hospitais universitários e sem custos ao paciente.

9- ZAMBRANO, Elizabeth. “O Direito à homoparentalidade”- cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre, Instituto de Acesso à Justiça, 2006. p.103.

Hospitais tais como “Hospital das Clínicas” de São Paulo, “Unicamp (Campinas), Universitário de Belo Horizonte e Hospital de Base de São José do Rio Preto-SP, esse último, tendo realizado metade das cirurgias, se tornando referência no assunto.¹⁰

Em 2002, o Conselho Federal de Medicina, demonstrando, novamente, sua sensibilidade com o assunto, editou a Resolução de nº. 1.652, revogando a Resolução 1.482/97. Essa Resolução, em vigor até os dias atuais, permite a realização da intervenção cirúrgica. No entanto a seleção dos pacientes será feita por um período não inferior a dois anos e obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social. Vale ressaltar que somente os transexuais maiores de 21 anos poderão ser operados.¹¹

Importante salientar que a obrigatoriedade do preenchimento destes requisitos é de fundamental importância, pois a cirurgia é irreversível.

Dias (2004, p.135), ressalta que:

Com a evolução das técnicas cirúrgicas, tornou-se possível mudar a morfologia sexual externa, meio que começou a ser utilizado para encontrar a equiparação da aparência ao gênero com que se identifica. Dito avanço no campo médico, entretanto, não foi acompanhado pela legislação, uma vez que nenhuma previsão legal existia a regular a realização da cirurgia. Essa omissão levava a classe médica a uma problemática, ético-jurídica e a questionamentos sobre a natureza das intervenções cirúrgicas e a possibilidade de sua realização.

2.1.5 Orientação sexual como opção e escolha do indivíduo.

Partindo do princípio que o ser humano essencialmente necessita de aceitação, amor, respeito, e tantas outras formas de afeto, a fim de que possa sentir-se completo no âmbito pessoal, por que alguém em sã consciência optaria por um comportamento que é repudiado pela maioria da sociedade, mesmo levando uma vida notoriamente imaculada?

Como dizia Freud, tudo é acaso, portanto, infere-se que tanto o homossexual quanto o heterossexual não escolhem sua orientação sexual, assim como não se trata de algo patológico; um homem ou uma mulher heteros não chegam a essa condição por preferência. Não existe planejamento, assim como um homem ou uma mulher homossexuais também não. (PINTO, 2002).

10- REVISTA G MAGAZINE. “*Mudança de hábito*”- Entrevista sobre cirurgia de transgenitalização, concedida pelos profissionais do Hospital de Base da cidade de São José do Rio Preto-SP. – Editora Fractal, edição de agosto 1998.p.56-59.

11- CARDOSO, Renata Pinto. “*Transexualismo e o direito à redesignação do estado sexual*”.Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2164/Transexualismo-e-o-direito-a-redesignacao-do-estado-sexual>>, acesso em 15/07/09.

O que fica evidente é que não compete ao livre arbítrio a forma pela qual a sexualidade é manifestada. O que importa é cada indivíduo que tem o seu direito de igualdade garantido pela Constituição e recomendado pela moral, assim como pelas doutrinas religiosas, respeite a individualidade sexual de cada um.

Não se deve rotular a homossexualidade como um desvio de conduta ou uma escolha pessoal, afirma Dias (2004, p.89). “Não sendo uma opção livre, mas fruto de um determinismo psicológico, não merece ser objeto de reprovação ou marginalização social, e o legislador não pode ficar insensível à necessidade de regulamentação dessas relações”, conclui. Mas já vai longe o tempo em que as pessoas eram condenadas por pederastia, como aconteceu com Oscar Wilde.¹²

2.2 RELACIONAMENTO HOMOAFETIVO

2.2.1 Conceito:

Dias (2004), que prefere chamar as relações homossexuais de “homoafetivas”; cunhou o termo “homoafetividade”, que busca afastar a carga de preconceito que a expressão “homossexualidade” contém.

O relacionamento homoafetivo é, portanto, a união entre pessoas do mesmo sexo. Na abordagem da autora, durante muito tempo, o relacionamento afetivo entre homossexuais foi considerado como uma sociedade de fato, mas a situação vem mudando e as uniões homoafetivas merecem ser abrigadas no Direito de Família e não mais relegadas ao campo dos negócios, passando a ser considerada como uma sociedade de afeto.

A justiça gaúcha foi a primeira a reconhecer a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar e, a jurisprudência vem abrindo caminho para novas conquistas, como a adoção por homossexuais.

2.2.2 Legislação Brasileira a respeito:

Soa contraditório alegar que não há legislação assegurando direitos aos casais do mesmo sexo, quando a Constituição Federal, já os previu em seus artigos 5º, caput e 3º, inc. IV.

A Constituição estabelece já no inc. I do artigo 5º - artigo que enfeixa a maioria dos direitos assegurados pela Carta Magna - o princípio da igualdade: homens e mulheres são

12- Oscar Wilde, dramaturgo, escritor e poeta Irlandês. Foi condenado a dois anos de trabalho forçado, sob a acusação da prática do homossexualismo, comportamento severamente condenado na Inglaterra no fim do século XIX.

iguais em direitos e obrigações, sendo que o inc. IV do art. 2º estabelece como objetivo fundamental do Estado a promoção do bem de todos sem preconceitos de sexo, ou seja, veda qualquer discriminação.

O Projeto de Lei 1.151/95 representa um avanço, e traz a expectativa de que questões relativas ao Direito de Família, Sucessão, Previdência não sejam objeto de infinitas disputas judiciais, que pela inexistência de legislação a respeito, possam julgar um mesmo caso, com discrepância.

O Estado do Rio Grande do Sul tem sido o precursor em decisões inovadoras, entendendo ser de competência da Vara de Família, o julgamento de casos como, por exemplo, a “partilha de bens”.

Dias, (2004, p.68) alerta que:

A negativa de identificar esses relacionamentos como entidade familiar, faz com que, no caso de morte de um dos parceiros, o patrimônio amealhado durante o período de convivência, migre para as mãos de quem, muitas vezes repudiou a orientação sexual de seu parente e, a mesma omissão, não assegura, sequer, direito de moradia, pensão alimentícia ou benefício previdenciário, entre tantos outros. Felizmente, o PL nº 6960/02, de autoria do deputado Ricardo Fiúza, ora encaminhado à Câmara dos Deputados para retocar o novo Código Civil, possibilita que os relacionamentos de pessoas do mesmo sexo sejam reconhecidos como união estável.

O princípio norteador da Constituição que baliza o sistema jurídico é o que consagra o respeito à dignidade humana. O compromisso do Estado para com o cidadão sustenta-se no primado da igualdade e da liberdade, estampado já no seu preâmbulo, afirma DIAS (2009, p. 187).

Recentemente foi baixada portaria junto ao INSS, que assegura aos viúvos ou viúvas de homossexuais, pensão por morte, caso seja comprovado que o casal viveu em união estável.

O referido Projeto de Lei e a Portaria baixada junto ao INSS serão comentados no próximo tópico.

Segundo Macedo e Alexandre (2003, p.50), os “legisladores reconhecerão a necessidade da legalização dos atos jurídicos, oriundos da sociedade entre pessoas do mesmo sexo, não havendo empecilho legal que impossibilite aos magistrados interpretarem a lei de modo que alcance o seu fim social”.

2.2.3 Direitos e deveres entre conviventes (Projeto de Lei 1.151/95) de Marta Suplicy disciplinando a união entre pessoas do mesmo sexo, visando proteger os direitos de propriedade, sucessão e outros; Instrução Normativa nº50, do INSS, de 08/05/2001, concedendo benefícios previdenciários a companheiros homossexuais).

Neste projeto de lei, o intuito não é dar às parcerias homossexuais um status igual ao casamento, mas conceder amparo legal às pessoas que firmam o contrato escrito, registrado

em cartório, visando priorizar a garantia dos direitos de cidadania. São compactuados direitos e obrigações que contém disposições de caráter patrimonial, protegendo o direito de propriedade e garantindo o direito de sucessão, de usufruto, benefícios previdenciários, declaração de imposto de renda, impenhorabilidade da residência e direito de nacionalidade em caso de estrangeiros.¹³

Dessa maneira, o PL 1.151/95 irá proteger as relações homoafetivas, criando vínculo jurídico entre ambos gerador de efeitos pessoais, além dos patrimoniais, não podendo enquadrá-lo exclusivamente no campo obrigacional.

Como bem referiu a deputada Marta Suplicy na justificativa do seu Projeto: “Se todos têm direito à felicidade, não há por que negar ou desconhecer que muitas pessoas só serão felizes relacionando-se afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo. Valores e normas sociais são modificados, reconstruídos e alterados de acordo com as transformações da própria sociedade”.(DIAS, 2004, p.101)

Considerações acerca do referido Projeto de Lei.

O reconhecimento das relações homossexuais garantirá a privacidade e a liberdade que cada indivíduo tem de optar por sua orientação sexual, sem que haja a interferência do Estado ou da sociedade. Instalou-se uma Comissão especial para análise e votação desse projeto, que tinha como Presidente a Deputada Maria Elvira e relator o Deputado Roberto Jefferson. Apesar do aludido projeto ter tido como objetivo proporcionar direitos ao homossexual, houve também algumas restrições.

A parceria civil homoafetiva não teria *status* de casamento, não autorizaria a utilização do sobrenome do parceiro e, ainda, o mais importante para este tema: não autorizaria a adoção. A comissão especial, em votação de 11 votos contra 5, aprovou o Projeto de Lei na forma de seu Substituto e, com isso, houve acréscimo e melhora de alguns dispositivos.

Esse projeto significa um grande avanço, beneficiando os casais homossexuais que desejam registrar sua união. Mas, desde que o Substituto foi aprovado, a votação em plenário vem sendo adiada por resistência das bancadas religiosas e conservadoras. (MORENO, 2007).

Já o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) chegou a baixar instruções normativas, estabelecendo procedimentos a serem adotados para a concessão de benefícios previdenciários a companheiros homossexuais. Primeiramente a Instrução Normativa nº 25, de 07 de junho de 2000, e depois a Instrução Normativa nº 50, de 08 de maio de 2001, que revogou a anterior.¹⁴

No âmbito da seguridade social, portaria (INSS) concede tanto auxílio por morte como o auxílio reclusão. Direitos outros vem sendo assegurados na órbita previdenciária, além de estar sendo deferido visto de permanência ao parceiro estrangeiro que vive em união homoafetiva com brasileiro.

13- PL 1151/95 – Marta Suplicy. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br>>. Acesso em 20/07/09..

14- Instrução Normativa do INSS 25/2000 e 50/2001.
Disponível em: <<http://www.mp.mt.gov.br/cma/secure/arquivos/arq200.pdf>>, acesso em 20/05/09.

2.2.4 Direito a homoparentalidade (Um conceito sócio-afetivo e não biológico)

Para Zambrano (2006, p.103), “A homoparentalidade é um neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), em Paris, nomeando a situação na qual pelo menos um adulto que se auto designa homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe de, no mínimo, uma criança”.

O termo homoparentalidade costuma ser objeto de questionamentos, pois enfatiza a “orientação sexual” dos pais, associando ao cuidado dos filhos (parentalidade). Essa associação é justamente o que os estudos sobre homoparentalidade propõem desmistificar, demonstrando que homens e mulheres homossexuais podem ser ou não bons pais, da mesma forma como homens e mulheres heterossexuais. A capacidade de cuidar e a qualidade do relacionamento com os filhos são imprescindíveis para a adequada parentalidade, e não a orientação sexual dos pais.¹⁵

Mais uma vez o critério deve ser a afetividade, elemento estruturante da filiação socioafetiva, pois, como diz Giselle Groeninga, “a criança necessita de pais que transmitam a verdade dos afetos”.¹⁶ Não reconhecer a paternidade homoparental é retroagir um século, ressuscitando a perversa classificação do Código Civil de 1916, que, em boa hora, foi banida em 1988 pela Constituição Federal.

Se o afeto passou a ser o elemento identificador das entidades familiares, é este o sentimento que serve de parâmetro para a definição dos vínculos parentais, levando ao surgimento da família eudemonista, espaço que aponta o direito à felicidade, como núcleo formador do sujeito.¹⁷

Zambrano (2006, p. 12) esclarece que:

O vínculo familiar ligando um adulto a uma criança pode ser desdobrado em quatro elementos: 1) o vínculo biológico, dado pela concepção e origem genética; 2) o parentesco, vínculo que une dois indivíduos em relação a uma genealogia, determinando o seu pertencimento a um grupo, 3) a filiação, reconhecimento jurídico desse pertencimento de acordo com as leis sociais do grupo a que pertence; 4) a parentalidade, o exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde etc., que se tecem no cotidiano em torno do parentesco.

Não se pode deixar de ver no afeto o elo que enlaça sentimentos e compromete vidas, transformando um vínculo afetivo em uma entidade familiar. O envolvimento emocional, o

15- TRIBUNAL DE JUSTIÇA-SP – Adoção por homossexuais. “*Grupos de estudos*”. In: Serviço Social e Psicologia Judiciária, Secretaria de Recursos Humanos-SRH-TJSP. 2008.

16-- GROENINGA, Giselle. “O secreto dos afetos” – A mentira. Boletim do IBDFAM, nº 19, mar/abr 1993, p. 7.

17- CARBONERA, Silvana Maria. “O papel jurídico do afeto nas relações de família”. Anais do I Congresso de Direito de Família, BH, 1988, p.486.

sentimento do amor que aproxima almas, enlaça vidas e embaralha patrimônios, gerando responsabilidades e compromissos mútuos, revelam o nascimento de uma família, a merecer abrigo no direito de família.¹⁸

Popularizaram-se os métodos de reprodução assistida, como cessão de útero ou barriga de aluguel, comercialização de óvulos e espermatozóides, podendo o sonho do homossexual masculino ou feminino de vir a ter filhos, ser uma possibilidade real. No caso da concepção heteróloga, que é a inseminação artificial mediante técnica de reprodução assistida, a paternidade é reconhecida pelo vínculo de afetividade, fazendo nascer a filiação socioafetiva, que acabou se sobrepondo à realidade biológica.

2.2.5 Preconceito social diante do relacionamento homossexual e a influência da mídia.

O Brasil é um País no qual os homossexuais, masculinos e femininos, vêm sofrendo extrema violência, é a chamada homofobia ou aversão à homossexualidade, sendo manifestada na maioria das vezes por agressões físicas e verbais aos homossexuais.

Lideranças católicas e evangélicas manifestam-se contrariamente à adoção por homossexuais. Entendem que seria prejudicial à criança, uma vez que esta necessita de conviver com a figura do pai e da mãe. Preferem uma criança viver na rua a conviver com um casal homossexual.¹⁹ Por esta questão da discriminação e preconceito, crianças que se encontram em situação de abandono pelas ruas e abrigos sempre lotados, perdem a chance de serem adotadas e de viver com dignidade. Muitas dessas crianças acabam permanecendo por longo período abrigadas e, por conta da idade, tornam-se “velhas” para uma possível colocação em família substituta.

A despeito de tanto pessimismo, há quem consiga vislumbrar uma outra realidade, não tão cruel, pois segundo (Bowlby), 1973 *apud* VARGAS, 1998, p. 35, mostra, sobretudo, que é possível, para milhares de crianças abandonadas, consideradas “idosas” para a adoção, reconstruírem sua identidade a partir de novas figuras parentais, que lhes ofereçam “base segura”, imprescindível para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Porém, como a parceria homossexual pela lei não é considerada formadora de entidade familiar, esse requisito se torna obstáculo para a adoção.

De acordo com Macedo e Alexandre (2003),

18- DIAS, Maria Berenice. *In*: “Paternidade Homoparental”, Desembargadora do TJ-RS, Vice-Presidente Nacional do IBDFAM. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/secoes/artigosc/Berenice_paternidade.doc>, acesso em 25/06/09.

19-MACEDO, Daniele Cristina Alaniz e ALEXANDRE, Eliane Sobrinho. “Uma Visão Jurídica e Social da Homossexualidade”, 2003, p. 63-64.

O preconceito no Brasil contra homossexuais masculinos e femininos, manifestado pela homofobia (aversão à homossexualidade) é alarmante. Todos os dias têm-se notícias de violências tais como agressões físicas, humilhações e até morte, sendo que o Estado de Alagoas encontra-se em primeiro lugar no ranking da violência homofóbica, que diante da situação, determinou a aprovação de lei que prevê punições severas para pessoas e empresas que discriminarem homossexuais.

No Estado de São Paulo foi criada, na gestão do então governo Geraldo Alckmin, a Lei Estadual 10.948/2001 de combate à discriminação homofóbica (anexo 4).

Com tal iniciativa, há de se convir que “A legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo, certamente diminuirá o comportamento homofóbico e conseqüentemente reduzirá também a intolerância. Esta é uma das justificativas para a aprovação do projeto de lei, pois além de aceitar e proteger uma realidade, terá uma importante função social”.²⁰

Com o advento da AIDS nos anos 80, houve uma modificação no comportamento sexual de toda uma geração. Os homossexuais foram marginalizados, pois eram considerados grupos de risco, assim como os drogados. Hoje, sabe-se que a AIDS está ligada à comportamento de risco e não mais à grupos de risco, pois todos somos potenciais candidatos igualmente expostos à doença, haja vista o número de heterossexuais ter ultrapassado o de homo, em decorrência da prática de sexo sem proteção, elevado número de parceiros sexuais e uso de drogas.²¹

Observa-se que o preconceito não acontece só no meio social, mas muito mais dentro do seio familiar, cujos filhos/as homossexuais são discriminados e até banidos do lar, por conta de não conseguirem corresponder às expectativas dos pais. Nos dias atuais, embora ainda, de uma maneira velada, está havendo até maior tolerância e esclarecimento por parte dos familiares que tem tido acesso à informações e têm acompanhado as transformações nas novas configurações familiares, a ponto de não se assustarem mais com o novo e o inusitado.

Os homossexuais passaram a reivindicar seus espaços, começaram a sair do armário, como tem se ouvido ultimamente, têm mostrado “a cara”, enfrentando os preconceitos e conquistando seus direitos, uma vez que a justiça tem tido um novo olhar para a questão do relacionamento homoafetivo.

Contudo, ainda hoje, o Conselho Federal de Psicologia se depara com denúncias contra psicólogos que anunciam a cura da homossexualidade, como a que ocorreu

20-MACEDO, Daniele Cristina Alaniz e ALEXANDRE, Eliane Sobrinho. “Uma Visão Jurídica e Social da Homossexualidade”. 2003. p.38.

21- Ibid, p.39.

recentemente no País, causando grande polêmica e preocupação dentre a classe dos referidos profissionais. Daí a importância da Resolução publicada em 23 de março de 1999, pela presidente da entidade, Ana Mercês Bahia Bock, a qual estabelece princípios éticos e reforça a necessidade de coibir tal procedimento em serviços que prometem a cura da homossexualidade. (Resolução CFP nº 1/99, em anexo 2).

Tramita no País a Proposta de Emenda à Constituição-PEC nº 139/95, de autoria da deputada Marta Suplicy, que altera os arts. 3º e 7º da CF, para proibir a discriminação por motivo de orientação sexual.

-Influência na mídia.

A mídia tem tido papel preponderante nestas transformações, pois a televisão como meio de comunicação tem entrado nos lares e revelado ao mundo tanto os avanços quanto os retrocessos no tocante ao tema “homossexualidade” e, no momento, ainda mais forte a questão da adoção por homossexuais, tema já veiculado diversas vezes na TV “em novela das oito”, considerado horário nobre, de forma bem menos estereotipada.

Têm-se acompanhado na mídia, casos de sentenças judiciais em favor dos homossexuais.

O que mais chamou a atenção e trouxe o assunto à tona para a reflexão, foi o caso da morte da cantora Cássia Eller, que tinha um filho de relacionamento anterior e vivia relacionamento homoafetivo com a companheira Eugênia. Com o seu falecimento, a criança passou a ser alvo de disputa de guarda tanto por parte da companheira que até então exerceu o papel parental e ajudou nos cuidados com a criança “Chicão” e, por outro lado, a família materna de Cássia Eller, (avós) que pleiteavam o direito da guarda do neto.

Uziel (2007), em seu capítulo “Conjugalidade, parentalidade e homossexualidade: rimas possíveis”, constante da cartilha “Adoção: Um direito de todos e todas” faz a seguinte observação:

A morte da cantora Cássia Eller, em 2001, seguida da decisão da Justiça de conceder à Eugenia, sua companheira, a guarda de Chicão, seu filho, inaugurou nova história. A mãe, sendo uma figura midiática; a criança, tendo o pai morto; um avô, cuja imagem construiu-se como de um oportunista, tudo isso pode ter contribuído para a decisão favorável à guarda pela “mainha”, que também contou com a força da escola e da terapeuta do filho, que não se furtaram a declarar posições. Justiça, Medicina e educação, campos geralmente mais tradicionais, convocados, posicionaram-se pela manutenção do que foi entendido como núcleo familiar.²²

²² - BRASIL, Conselho Federal de Psicologia. “Um direito de todos e todas”. Editora Brasília Rádio Center, Brasília. DF. 2008, p.15.

Baseado na Constituição Federal, que assegura o direito à convivência familiar e no Estatuto da Criança e do Adolescente que garante o direito da criança ser ouvida, foi deferida judicialmente a guarda em favor de Eugênia, pessoa que juntamente com a mãe biológica de Chicão, ajudou a criá-lo.

A opinião pública se mobilizou e se manifestou pela legalização e manutenção do vínculo parental entre Eugênia e Chicão, desmitificando as restrições até então feitas às famílias homoparentais.

A decisão judicial em favor de Eugênia, em detrimento da família biológica de Chicão, foi determinante para que outros casos venham a ter o mesmo desfecho. “Hoje, cada vez mais se está emprestando relevância ao que se chama “filiação socioafetiva”, mais do que ao “vínculo biológico”, e ninguém pode negar que a Eugênia é a mãe do teu coração”. (DIAS, 2004, p.123).

Outro caso que teve bastante repercussão foi a união entre Jorginho Guinle Filho com o fotógrafo Marco Rodrigues. Ao se descobrir com o vírus da AIDS, Jorginho foi abandonado pela família e amparado apenas pelo companheiro. Após sua morte, a família tentou excluir o companheiro da divisão da herança, no entanto, o mesmo teve seu direito reconhecido após longa disputa judicial. (MACEDO; ALEXANDRE, 2003, p.61).

2.3 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

2.3.1 Conceito de família na legislação brasileira; Entidade familiar (art. 226 § 3º CF)

De acordo com Aurélio (1991), o termo família vem a ser: “Pessoas aparentadas, que vivem em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Pessoas do mesmo sangue. Ascendência, linhagem, estirpe”.

Há várias definições de família, segundo juristas, como em Pereira (1997) que entende família como um “Conjunto de pessoas que descendem de tronco ancestral comum”, ao lado dos quais também se encontram o cônjuge e seus filhos, os cônjuges dos filhos e irmãos, bem como os irmãos dos cônjuges”.

Para Diniz (1996), “Família é o grupo fechado de pessoas, composto dos pais e filhos, e para efeitos limitados, do que outros parentes, unidos pela convivência e afeto numa mesma economia, e sob a mesma direção”.

Já Rodrigues (1991), descreve-a como: “Instituição que surge e se desenvolve do conúbio entre o homem e a mulher e que vai merecer a mais deliberada proteção do Estado que nela vê a célula básica de sua organização social”.

Sabe-se, entretanto, que marido e mulher não são parentes e que cada um dos cônjuges é unido aos parentes do outro por afinidade, como dispõe o artigo 334 do diploma processual brasileiro, porém, marido e mulher são considerados pela Constituição Federal como entidade familiar, assim como, as uniões estáveis no mundo contemporâneo têm recebido o ordenamento jurídico, passando a ter os mesmos direitos fundamentais, concedidos àquela oriunda do casamento.

Para Roudinesco (2003): “A mais antiga de todas as sociedades e a única natural, é a ‘família.’, que se torna ao lado das corporações, uma das estruturas de base da sociedade, pois sem ela, com efeito, o Estado só poderia lidar com massas despóticas ou tribais”.

Segundo a autora, é possível distinguir três grandes períodos na evolução da família:

Numa primeira fase, a família dita “tradicional”, que serve acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio. Os casamentos são arrançados pelos pais, sem levar em conta o sentimento, sendo que a autoridade no modelo patriarcal não deve ser contestada. Já na segunda fase, a família dita ‘moderna’, fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnavais por intermédio do casamento e, finalmente na terceira fase, temos a família dita “contemporânea” ou “pós-moderna”, que une ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. (ROUDINESCO, 2003, p. 19).

Dias,(2009), salienta que a família no século passado (código civil de 1916), considerada como modelo de família patriarcal, era regulada e constituída unicamente pelo matrimônio, impedindo sua dissolução. Com a evolução, a família acabou forçando modificações nas leis, sendo a mais expressiva o Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/62), que lhe assegurava a propriedade dos bens adquiridos com o fruto de seu trabalho.

Em 1977, com a lei do divórcio (Lei 6.515/77), acabou-se com o mito da Sagrada Família, quer seja pela emancipação da mulher, quer pela descoberta dos métodos contraceptivos, cujos casamentos deixaram de ter a finalidade somente da procriação.

Com a Constituição de 1988, instaurou-se a igualdade entre o homem e a mulher, estendendo igual proteção à família constituída pelo casamento, bem como à união estável.

Essa instituição familiar extramatrimonial está prevista em muitos dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, a começar pela Carta Magna de 1988, em seu artigo 226, parágrafo 3º, que prevê a proteção da união estável nos seguintes termos:

Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Dias (2009) acrescenta que:

Os filhos havidos ou não do casamento ou fruto da adoção passaram a ter direitos iguais. O atual código civil de 2003, embora bem vindo, chegou velho, pois necessita de aperfeiçoamento, de emendas retificativas. Esqueceu-se o Código Civil de disciplinar as famílias monoparentais, reconhecida como entidade familiar. Também nada traz sobre as uniões homoafetivas, que vêm recebendo da jurisprudência, o reconhecimento no âmbito do direito das famílias.

2.3.2 As Novas Famílias e o Conceito de Parentalidade

Vê-se que a estrutura de família oscila, de acordo com as diferentes épocas históricas e fatores sócio-políticos, econômicos ou religiosos. Dessa forma, a família se torna o modelo natural que vem assegurar a sobrevivência biológica da espécie, propiciando a matriz para o desenvolvimento psíquico dos descendentes da interação social.²³

O modelo clássico de família, da sociedade contemporânea ocidental, centrado no parâmetro nuclear, estabelecido por vínculos consangüíneos com as nítidas figuras de pai-mãe-filhos, já não é o único existente na atualidade.

Segundo Roudinesco, (2003):

A família está em transformação. Antes o que existia era uma única modalidade de família: a entidade familiar constituída pelo casamento, a família patriarcal, formada por pai, como a figura central, a esposa, filhos, noras, genros e netos. O pai, como um *pater* romano, exercia autoridade plena sobre os filhos, que nada faziam sem a sua permissão. Escolhia-lhes a profissão, elegia o noivo da filha, decidia sobre os castigos físicos infligidos aos filhos, estava presente em toda a vida de uns e de outros, a cada momento, seguindo uma hierarquia que com o passar dos tempos, foi tomando novas formas. A mulher foi se emancipando e ganhando espaço no mercado de trabalho, que antes era preponderantemente masculino.

A família enfrenta o desafio intensificado pelo declínio dos parâmetros tradicionais, criando-se novas formas de convívio entre as gerações, seja entre marido e mulher ou pais e filhos. Surgem, em consequência, diferentes tipos de família e novas formas de relacionamento com a família ampliada, ocorrendo uma redefinição e redistribuição das responsabilidades domésticas e profissionais, nascendo as figuras das famílias recompostas, das produções ditas independentes ou famílias monoparentais, estas últimas, onde os filhos se encontram vinculados só ao pai ou só a mãe.

Essas novas configurações familiares muitas vezes confundem as crianças inicialmente, pois “nas famílias recompostas surgem novos laços de parentesco e uma multiplicidade de pessoas exercendo a mesma função: dois pais, duas mães, oito avós, meio irmãos e assim por diante...” (MALDONADO, 1991, p. 181).

23- ZAMBERLAN, Cristina de Oliveira. “*Os novos paradigmas da família contemporânea*”. Uma perspectiva interdisciplinar. Editora Renovar, RJ, 2001.p.36.

No caso da homossexualidade, “o que transforma o casal em família é a ampliação da rede, somado ao desejo de continuidade. Ter vontade de trocar com outras pessoas, ser importante para outras pessoas...” (UZIEL, 2007, p.97).

Dias, (2009) elencou os diversos tipos de famílias:

- **Família Matrimonial:** É aquela sacramentada pelo casamento e considerada indissolúvel, ou seja, “até que a morte os separe”. A máxima “crescei e multiplicai” atribuiu à família matrimonial, a função reprodutiva. e por isso surge o dever da mulher com o débito conjugal, como uma obrigação à prática sexual.

- **Família Informal:** Essa estrutura familiar, ainda que rejeitada pela Lei, acabou aceita pela sociedade, fazendo com que a Constituição albergasse no conceito de entidade familiar, o que chamou de “união estável”.

- **Família Homoafetiva:** Advinda da união entre duas pessoas do mesmo sexo. Por absoluto preconceito, a Constituição emprestou, de modo expresso, juridicidade somente às uniões estáveis entre um homem e uma mulher, ainda que em nada se diferencie a convivência homossexual da união estável heterossexual. Porém, após a instituição da Lei Maria da Penha, em seu 2º e 5º parágrafo único, ressalva a orientação sexual de quem se sujeita à violência doméstica. Como a lei veio proteger a mulher vítima da violência doméstica e familiar, definiu família e albergou no seu conceito as uniões homoafetivas.

- **Família Monoparental:** Família constituída por apenas um dos pais (legal ou biológico). Dias, (2009) afirma que famílias assim formadas possuem uma estrutura mais frágil porque, geralmente quem vive sozinho com o filho exerce também a função de provedor do lar, tendo então os encargos redobrados.

- **Família Anaparental:** É a convivência entre parentes ou pessoas, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito. Não é a verticalidade dos vínculos parentais em dois planos que autoriza reconhecer a presença de uma família merecedora da proteção jurídica. A convivência sob o mesmo teto, durante longos anos, por exemplo, de duas irmãs que conjugam esforços para a formação do acervo patrimonial, constitui uma entidade familiar.

- **Família Pluriparental ou Mosaico:** A especificidade decorre da peculiar organização do núcleo, reconstruído por casais onde um ou ambos são egressos de casamentos ou uniões anteriores. Eles trazem para a nova família seus filhos e, muitas vezes, têm filhos em comum. É a clássica expressão: os meus, os teus, os nossos...

- **Família Paralela:** São consideradas relações desprovidas de efeitos positivos na esfera jurídica. O concubinato chamado de adúltero, impuro, impróprio, de má fé e até de concubinação, é alvo do repúdio social, mas nem por isso deixam de existir, e em larga escala. Os relacionamentos paralelos, além de receberem denominações pejorativas, são condenados à invisibilidade. Somente na hipótese da mulher alegar desconhecimento da duplicidade de vidas do varão é que tais vínculos são alocados no direito obrigacional e lá tratados como sociedades de fato.

- **Família Eudemonista:** É um conceito inovador, com a tendência de identificar a família pelo seu envolvimento afetivo, que busca a felicidade individual, vivendo um processo de emancipação de seus membros.

Conceito de Parentalidade:

Substantivo que, originariamente, refere-se ao pai e a mãe. Todavia, hoje, “parentalidade” refere-se também aos cuidadores que, ou nem são pai e mãe, ou nem são de sexos diferentes.

Segundo (ALARCÃO), 2002, apud SANTOS, 2004, p.20, a parentalidade é definida da seguinte forma:

Modelo de funcionamento que pressupõe o desempenho das funções executivas, como proteção, educação, integração na cultura familiar, etc., relativamente às gerações mais novas. Estas funções não são necessariamente desempenhadas pelos pais biológicos, podendo, efetivamente, estar a cargo de outros familiares ou pessoas que não sejam da família.

Prefaciando o Caderno do Grupo de Estudos do Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Eduardo Rezende Melo,²⁴ assinala o que segue:

Fala-se, com efeito, em quatro possibilidades de constituição de uma família composta por gays ou lésbicas exercerem a parentalidade:

- 1- Famílias recompostas, fruto de separação de um casal heterossexual e constituição de uma relação homossexual por um dos cônjuges.
- 2- Co-parentalidade, em que o projeto de gestação de uma criança é fruto de uma decisão compartilhada por um casal gay e um casal lésbico, ou de um gay com uma lésbica, que tenham suas vidas pessoais preservadas.
- 3- Parentalidade por inseminação artificial.
- 4- Adoção.

24- MELO, Eduardo Rezende - É juiz de direito na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São Caetano do Sul e vice-presidente da ABMP- Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude. Mestre em Filosofia pela PUC/SP, é mestrando em Estudos Avançados em Direito da Infância pela Universidade de Friburgo, Suíça.

No caso da parentalidade por inseminação artificial, a vulnerabilidade é maior, visto não existir no Brasil legislação que regule a reprodução assistida.

Já no caso da adoção, alternativa escolhida como forma do casal homossexual exercer a parentalidade, o que se percebe é que, embora tanto no Código Civil quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente, não existe nada que impeça a adoção por homossexuais, dando a entender como inconstitucional o indeferimento desta, mas por outro lado, por mais estável que seja a união entre dois homens ou duas mulheres, não há amparo legal no atual ordenamento jurídico brasileiro quanto a esta questão.

2.3.3 Família tradicional ligada a vínculos consangüíneos.

Quando se pensa em família, primeiramente, pensa-se sempre àquela ligada aos laços consangüíneos, pois “tradicionalmente, a família tem como função proporcionar um primeiro contato com as regras sociais, inculcar hábitos, produzir e reproduzir padrões culturais para os indivíduos, enfim, ser um agente socializador”. (UZIEL, 2007, p. 22).

A instituição família sofreu muitas mudanças ao longo do tempo e não se pode mais pensar na existência somente de um único modelo de família. O modelo tradicional de família é questionado à medida que esta assume novas formas. Entretanto, esse modelo nuclear-monogâmico e heterossexual tem influenciado o exercício da parentalidade em diferentes configurações familiares.

Definir essa instituição passou a ser difícil, devido à sua diversidade. Dessa forma, entendemos por família um conjunto de indivíduos ligados entre si por uma aliança permeada por afetos, que podem ou não possuir um vínculo consangüíneo. Um aspecto que diferencia essa organização social de outras é a parentalidade. Entretanto, o modelo reconhecido por nossa sociedade é mais restrito e considera a família no enquadre nuclear-monogâmico, organizada a partir de um casamento heterossexual. Esta representação social de família norteia os padrões educacionais vigentes e acaba segregando as organizações que opõe a esse imaginário social.²⁵

Zamberlam (2001), traça uma perspectiva tradicional do sentido de família:

Na quarta década do século, os pais iniciavam uma discreta tentativa de diálogo com os filhos. Ainda não existia a TV e a família costumava se reunir, por falta de alternativas. Todos se toleravam e às vezes até se amavam. Existiam os conflitos de gerações e as discussões que tomavam grandes proporções. O amor ocupava um lugar central no casamento, ainda não se dissociavam, pois a sexualidade era vinculada à procriação. Nos

25- RODRIGUEZ, Brunella Carla e PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. “Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental”. *Vínculo*, jun. 2009, vol.6, no.1, p.13-25. ISSN 1806-2490.

anos 60, os conceitos de certo ou errado perdem a rigidez, apoiando-se à fatores subjetivos, quando os castigos físicos são abolidos e passam-se a valorizar o diálogo.

Nos anos 80, a mulher sai em busca da igualdade com o homem, ingressa no mercado de trabalho e passa a contribuir no orçamento doméstico. Os ideais feministas levam a mulher a deixar de se ver na função básica de reprodutora, considerado o alicerce da estabilidade familiar, porém, com o advento da AIDS, vários comportamentos como o “relacionamento aberto” e a “amizade colorida”, se refreiam para que a família possa se reorganizar novamente.

Nos anos 90, a família e o casamento passam por várias transformações, culturais, sociais, religiosas, econômicas, políticas, o que vem determinar as novas composições das famílias dos dias atuais. (ZAMBERLAM, 2001, p. 31-36).

Dessa forma, o modelo tradicional de família nuclear, no mundo atual, não pode ser considerado um conceito universal, por conta das diferentes realidades familiares, e das diferentes formas de se vivenciar as relações afetivas. O que se extrai desse raciocínio é que nenhuma espécie de vínculo que tenha por base o afeto se pode deixar de conferir o status de família.

2.3.4 Família monoparental

Uziel (2007, p.33), define a família monoparental como aquela que “inclui necessariamente a existência de uma criança na casa, geralmente a guarda ficando com a mãe, os lares de homens solteiros, separados ou viúvos não são considerados lares familiares”.

Como define LEITE (1997) apud ZAMBERLAM (2001, p.10), a família monoparental pode ser:

Ditada pela separação, pelo abandono, pela morte ou pela vontade de uma das partes, a família monoparental, se encontra em diferentes estruturas, onde, como decorre do termo, os filhos se encontram vinculados só ao pai ou só à mãe. Porém, ao se analisar, em todo esse processo, a situação dos filhos, sem dúvida estes serão o elemento mais frágil e indefeso da monoparentalidade.

Outras situações também podem levar à monoparentalidade, como doença, a viuvez, prisão ou necessidade de mudança para outra cidade.

Desta forma, o sistema jurídico representado pelo poder público tem a função de estabelecer políticas familiares capazes de controlar e dar proteção à manutenção das relações paterno-filiais, assegurando o vínculo de afeto entre ambos.

Segundo Uziel (2007), os lares monoparentais podem se caracterizados da seguinte forma:

Os lares monoparentais são majoritariamente femininos, seja porque os homens saem e constituem novas famílias, seja porque considera-se um lar monoparental quando uma criança mora com a mãe, mesmo que haja um pai participante em outra residência, ou ainda porque é mais fácil para as mulheres terem filhos sozinhas, do ponto de vista biológico.

As conseqüências econômicas e sociais da situação monoparental variam em função das estratégias adotadas por esses pais, o mercado de trabalho no momento, a geração à qual pertencem, o sexo, a idade, o estatuto matrimonial e a quantidade de crianças das quais se encarregam. (UZIEL, 2007, p.34).

Família homoparental

A família passa a ser percebida como uma estrutura psíquica, onde cada um dos membros ocupa um lugar e desempenha uma função, sem estarem necessariamente ligados biologicamente. Dessa forma, segundo Roudinesco, (2003), família homoparental-denominação criada na França, em 1997- “é o termo que utiliza para expressar a situação em que paternidade/maternidade se desenvolve através da adoção ou da concepção no contexto da união homossexual”.

Famílias homoparentais já existem na realidade social, aguardam apenas o seu reconhecimento legal. Surgiram no final do século XIX, no momento do declínio da antiga autoridade patriarcal.

A família homoparental propõe um modelo alternativo, quando o vínculo de afeto se dá entre pessoas do mesmo sexo, onde inclui-se ainda os casos do exercício da parentalidade de travestis e transexuais. Os estudos revelam que o que determina a boa parentalidade é a capacidade de cuidar e a qualidade do relacionamento com os filhos e não a orientação sexual dos pais.²⁶

2.3.5 Filiação brasileira de acordo com o artigo 227 da Constituição Federal.

Dispõe o parágrafo 6º do artigo 227 da Carta Magna que “os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

De acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.²⁷

A concepção sustentadora do artigo 227 é a Doutrina da Proteção Integral defendida pela ONU com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança.

26- ZAMBRANO, Elizabeth. “*Parentalidades impensáveis*”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. Horizontes Antropológicos, vol. 12 n° 26, Porto Alegre, July/dec.2006.

27- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. “*Lei n° 8.069 de 13 de julho de 1990*”. Editora Fisco e Contribuinte Ltda, São Paulo. 1991. Art. 4º.

Essa doutrina afirma o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadoras da continuidade do seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e os adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para promoção e defesa de seus direitos.²⁸

2.3.6 O processo de identificação sexual do adotado.

Embora o senso comum tenha gravado no seu íntimo o padrão convencional de parentalidade, “algumas mulheres têm relações amorosas exclusivamente com outras mulheres, e às vezes, regularmente com a mesma; da mesma forma, certos homens só tem relações amorosas com outros homens ou com um só”. Quais podem ser as conseqüências dessa situação na criança? (DOLTO, 1991, p.85).

A autora explica que as crianças sabem que um casal de mulheres ou de homens não pode gerar filhos. Ela tem que ter claro se tratar de uma escolha do pai ou da mãe e isso tem que ser dito, por um ou por outro, pois a criança necessita de uma explicação lógica.

Em relação aos cuidados com as crianças, as poucas pesquisas feitas não identificam diferenças. A maior parte dos casos de abuso sexual, como demonstram as pesquisas da Abrapia no Brasil, tem nos pais e nos padrastos os agentes - nenhuma referência relevante à orientação sexual. As crianças abandonadas, postas para adoção, foram frutos de relações heterossexuais. Heterossexuais têm filhos homossexuais. O contrário também é verdadeiro. (UZIEL, 2007, p.77).

Um estudo realizado em Portugal, cujo autor da primeira tese de doutoramento sobre a homoparentalidade no País, Jorge Gato, observou no trabalho que está desenvolvendo, que os técnicos das áreas sociais têm tido uma visão positiva perante a homoparentalidade, e concluiu que as suas atitudes são "ainda mais positivas nos casos em que a homoparentalidade é feminina". Os estudos existentes foram, sobretudo, realizados nos Estados Unidos e demonstram que não há diferenças entre as competências parentais de pais homossexuais e heterossexuais. Também não existem diferenças entre as crianças criadas em famílias homoparentais e as que são criadas em outro tipo de famílias, disse o investigador. "O maior medo das famílias onde existe a homoparentalidade não é o ato de se assumirem como tal,

28- ARRUDA, Jonel Benedito Ferreira de. “A Criança e o Adolescente na Constituição Federal”
Disponível em: <http://www.oabmt.org.br/index.php?tipo=ler&mat=3513>, acesso em 06/07/09.

mas o receio de que as crianças possam vir a ser discriminadas pela sociedade", finalizou Jorge Gato.²⁹

No seu artigo "Paternidade Homoparental" publicado na obra coletiva *Direito de Família e Psicanálise - rumo a uma nova epistemologia*, 2003, p. 269-275, a desembargadora Maria Berenice Dias faz uma importante constatação:

A enorme resistência em aceitar a homoparentalidade decorre da falsa idéia de que são relações promíscuas, não oferecendo um ambiente saudável para o bom desenvolvimento de uma criança. Também é alegado que a falta de referências comportamentais pode acarretar seqüelas de ordem psicológica e dificuldades na identificação sexual do filho. Mas estudos realizados a longo tempo mostram que essas crenças são falsas. O acompanhamento de famílias homoafetivas com prole não registra a presença de dano sequer potencial no desenvolvimento, inserção social e sadio estabelecimento de vínculos afetivos. Ora, se esses dados dispõem de confiabilidade, a insistência em rejeitar a regulamentação de tais situações só tem como justificativa uma indisfarçável postura homofóbica.(DIAS, 2003).

O mito de se pensar que a criança sendo criada por homossexuais também será homossexual, não procede, tratando-se de um raciocínio totalmente ilógico. Se isto procedesse, a Lei do Divórcio, jamais poderia ter sido sancionada, uma vez que com a separação dos pais, a criança ao passar a viver exclusivamente com um dos genitores, sem a referência do sexo oposto no seu dia-a-dia, também teria enorme possibilidade de vir a tornar-se homossexual, o que não parece ser o caso. Além do mais, quantas famílias heterossexuais, ditas como "normais", têm filhos que desde pequenos dão indícios de uma homossexualidade latente e têm dentro de seus lares a figura tanto do homem como da mulher muito bem definidas.³⁰

A criança que convive com a figura do pai homossexual sem a presença da mãe, naturalmente elege alguém da família, alguém muito próximo a ela como sendo a figura parental feminina que irá representar a figura parental ausente no contexto em que vive. Geralmente ela terá avós, tias e pessoas do seu círculo de afeto, que cumprirão esse papel, na representação do modelo feminino e de importância na sua vida.

Do mesmo modo, se a criança convive só com o modelo feminino, no caso duas "mães", naturalmente, ela se identificará com os homens da família, atraindo-os para os seu mundo interior.

Farias e Bortolozzi (2009) sustentam essa afirmação com muita propriedade:

29- HOMOPARENTALIDADE. "Estudo português aponta para uma visão positiva das famílias homossexuais". Disponível em <<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/74925fc7ffe25d54598b62.html>>, acesso em 12/04/09.

30- MENEZES, Laila. Adoção: "o amor acima de qualquer preconceito". Disponível em: http://www.menezesjuridico.com.br/page_1132926654022.html, acesso em 20/08/09.

Pais homossexuais podem ser adequados ou não em relação à educação e ao cuidado com os (as) filhos (as). Os modelos de gênero vão existir em muitas relações sociais da criança e ela vai compreender que vive com dois pais ou duas mães. É importante que a criança tenha presente modelos de ambos os sexos, mas não necessariamente os pais devem ser de sexos diferentes; esses modelos vêm dos contatos com pessoas de ambos os sexos, que sejam significativas para ela, como por exemplo, avós, avôs, tios, tias, algum amigo importante da família, etc. A criança não terá danos em seu desenvolvimento psíquico especificamente devido ao modelo de família no qual foi educada e criada, seja este modelo homossexual, monoparental ou reconstruída, pois o desenvolvimento saudável tem mais a ver com qualidade das relações estabelecidas nessas diferentes configurações de família.³¹

2.4 ADOÇÃO EM FAVOR DE HOMOSSEXUAL

2.4.1 Breve histórico da adoção:

Vargas (1998) faz uma breve passagem por fatos históricos bastante conhecidos, só para situar a adoção legal no mundo ocidental.

A autora cita na história da humanidade, casos de adoção como, por exemplo: Otávio, o “Augusto”, adotado por Julio César, que reinou por mais de um século no império romano através de seus descendentes adotivos Tibério, Calígula, Nero, Trajano. Tanto na religião como na tragédia e mitologia greco-romana e também na literatura infantil têm-se casos de adoção, como: Moisés, o “filho das águas”, escolhido por Deus para libertar o povo hebreu, que na condição de adotado, facilitou sua missão de retirar os escravos hebreus do Egito rumo à “Terra Prometida” (Êxodo).

Hércules, filho de Zeus e abandonado pela mãe; Rômulo e Remo (gêmeos abandonados que foram amamentados por uma loba); Édipo, da tragédia grega da obra de Sófocles; O Super-homem, da literatura infantil, que fora abandonado pelos pais biológicos, para salvá-lo da destruição cósmica que seu planeta Krypton estava prestes a sofrer e enviado à Terra é encontrado por um casal estéril, que o adota. Nas histórias de Walt Disney, encontramos o Rei Leão, adotado por um rato do deserto e um porco selvagem, figuras bem diferentes de si, mas que lhe dão o cuidado e o apoio para se desenvolver em família. (VARGAS, 1998, p.19-21).

Buscando suas raízes históricas, como os registros dos Códigos de Manu e Hamurabi; comenta a detalhada legislação romana, que a origem remota do instituto da adoção, foi motivada para que os casais sem filhos, pudessem perpetuar o nome de família. Em segundo lugar, contemplava-se as questões de natureza jurídica. (FIGUEIREDO, 2008).

Já no Brasil, Ferreira e Carvalho (2000) descortinam um panorama da adoção, de uma forma geral, para melhor elucidação:

O filho de criação é uma instituição mais antiga que o próprio Brasil, trazida ao País pelos primeiros colonizadores. Trata-se de uma herança da família patriarcal portuguesa, cuja influência ia além dos laços sanguíneos, abarcando toda uma cadeia de agregados e dependentes. Este modelo familiar garantia que crianças órfãs ou abandonadas sempre tivessem um teto, embora em posição de inferioridade frente aos filhos legítimos.

Ao longo dos séculos, o filho de criação tem sido um misto de agregado e serviçal. Aliás, ainda hoje é possível encontrar situações assim no Brasil. Quando o desejo era realmente criar laços de paternidade, a preferência nacional era por um registro

31- FARIAS, Mariana de Oliveira; BORTOLOZZI, Ana Claudia. “Adoção por homossexuais” -A Família Homoparental sob o Olhar da Psicologia Jurídica. Editora Juruá, 2009.

ilegítimo de paternidade, a chamada “adoção à brasileira”, um crime que atualmente pode resultar em dois a seis anos de cadeia.

O código civil de 1917, de certa forma legitimou o conceito de filho de criação, pois estabeleceu diferenças claras entre filhos naturais e adotivos, especialmente no que se refere a direito de herança. O Estatuto da Adoção, de 1957, manteve muitas destas diferenças, mas tem o mérito de tratar o assunto de forma mais profunda.

Com o tempo, o Estatuto de 1957 foi sendo modificado. Eliminou-se a determinação de que só casais sem filhos podiam adotar. Também se dispensou o prazo de cinco anos de casamento. Criou-se a figura da legitimação adotiva, através da qual filhos biológicos e adotivos eram equiparados em matéria de herança. Essas e outras modificações foram depois complementadas pelo Código de Menores de 1979, que incorpora o conceito de adoção plena, substituindo a legitimação adotiva. Mas a grande mudança, de fato, ocorreu em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir do qual desaparecem todas as diferenças entre filhos adotivos e filhos biológicos, como também se define claramente que a adoção deve priorizar as reais necessidades, interesses e direitos da criança e do adolescente. (FERREIRA; CARVALHO. 2000 p. 142).

Enquanto na adoção clássica procurava-se garantir a descendência para casais sem filhos, a adoção moderna enfatiza a solução para a crise da criança abandonada, usando como fundamento: possibilitar “uma família para uma criança que não a tem” (PILOTTI, 1988, p. 23).

No tocante à adoção homoafetiva, o que se sabe é que no momento, Espanha, Reino Unido, Suécia, Canadá, África do Sul e Bélgica são os países que permitem a adoção a pessoas do mesmo sexo, sem restrições.

2.4.2 Conceito de adoção e sua finalidade social:

Segundo o Dicionário “Aurélio”, Adoção é a “Aceitação voluntária e legal de uma criança como filho”.

Para o jurista Clovis Beviláqua, “adoção é o ato civil pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho”.

A adoção é o ato não só jurídico, como afetivo, que une pessoas pertencentes a laços sanguíneos distintos, transformando-os em uma família. O notável Clovis Beviláqua, dentro da visão da época, de que a adoção tinha por escopo propiciar filhos a quem não os tinha pela natureza, empenhou-se no seu soerguimento, por entender desempenhar função valiosíssima.

A propósito, escreve o maior civilista pátrio:

O que é preciso, porém, salientar é a ação benéfica, social e individualmente falando, que a adoção pode exercer na sua fase atual. Dando filhos a quem os não tem pela natureza, desenvolve sentimentos afetivos do mais puro quilate, e aumenta, na sociedade, o capital de afeto e de bondade necessário a seu aperfeiçoamento moral; chamando para o aconchego da família e para as doçuras do bem estar filhos privados de arrimo ou de meios idôneos, aproveita e dirige capacidades, que, de outro modo, corriam o risco de se perder, em prejuízo dos indivíduos e do grupo social, a que pertencem.³²

32- BEVILÁQUA, Clovis. in, “Código. Civil do E.U.B”., vol. I, pág. 822..

Segundo Maria Helena Diniz, a adoção é:

O ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha. (DINIZ, 2002, p.448).

Já Figueiredo (2008) a descreve como:

A inclusão em uma nova família, de forma definitiva e com aquisição de vínculo jurídico próprio de filiação de uma criança/adolescente cujos pais morreram, aderiram expressamente ao pedido, são desconhecidos ou mesmo não podem ou não querem assumir suas funções parentais, motivando a que a Autoridade Judiciária em processo regular lhes tenha decretado a perda do poder familiar. (FIGUEIREDO, 2008, p.28).

A Lei que disciplina a adoção de crianças e adolescentes no Brasil é a LEI 8.069/90 promulgada em 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Ela exige a comprovação de vantagens reais para a criança ou adolescente com o deferimento da adoção, bem como a fundamentação em motivos legítimos. Tal determinação demonstra a função social da adoção, objetivando a constituição de um lar para o adotado, além de possibilitar ao julgador decidir sobre a oportunidade e conveniência para o deferimento do pedido de adoção.

A finalidade social da adoção:

Se esta no princípio, era a continuidade do culto doméstico, “na vida moderna, ocorrem motivações diferentes, predominando a idéia de ensinar aos que não têm filhos, particularmente aos casais sem prole, empregar num estranho a sua carga afetiva. Acresce ainda um interesse público em propiciar à infância desvalida e infeliz, a obtenção de lar e assistência”.³³

Porém não basta apenas satisfazer suas necessidades materiais, que seria mero assistencialismo, mas provê-la de amor incondicional. Não se adota uma criança para ter uma companhia ou preencher a lacuna existencial em sua vida, seja pela morte de um filho ou um aborto sofrido e não elaborado internamente, nem tão pouco para justificar uma esterilidade, mas se adota para poder exercer a maternagem e a paternagem efetivamente.

O objetivo principal é proporcionar à criança uma infância melhor, dando à mesma um lar e a assistência necessária para o seu crescimento e desenvolvimento, tendo-a como se fosse filho de sangue. Dessa forma o ECA vem regular o instituto da adoção, possui um caráter social e visa proteger a criança e o adolescente, assegurando-lhes os direitos

33- PEREIRA, Caio Mário da Silva. 1997, apud PINTO, Flavia Ferreira, 2001.

fundamentais presentes na Constituição Federal, referentes à pessoa humana, à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

2.4.3 Regramento da adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Civil.

A nova lei de adoção, sancionada em 03 de agosto deste ano de 2009, vem trazer algumas alterações na lei 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Dentre as modificações, um fator positivo foi o de regulamentar o tempo máximo de dois anos que a criança ou adolescente poderá passar em programa de acolhimento institucional (abrigos), salvo exceções justificadas pelo juiz e a benefício único da criança/adolescente. Estes terão sua situação avaliada a cada seis meses, o que deverá agilizar os processos de adoção.

Outra alteração positiva foi a necessidade de que cada família seja acompanhada por equipe técnica do fórum (assistentes sociais e psicólogos), para facilitar a adaptação da criança e da família. Esta postura já é realizada em muitos fóruns, porém, com a nova lei, isto passa a ser regra a ser adotada por todas as comarcas. Um ponto controverso, a adoção por pessoas homossexuais, não foi citada pela nova lei, o que significa que a adoção por homossexuais continua sendo possível, conforme já vem acontecendo em algumas cidades, haja vista não existir proibição legal.³⁴

Outros aspectos importantes a se ressaltarem:

-Podem adotar os maiores de 18 anos, independentemente do estado civil, tendo como prioridade manter a criança inicialmente com os parentes próximos como avós, tios, primos ou quem já tem contato com o menor. Em seguida, as pessoas que vivem no Brasil; depois, brasileiros que moram no exterior e em último caso, os estrangeiros.

-Não poderão separar irmãos, ou seja, se fará o possível para colocá-los junto à mesma família substituta. Na impossibilidade, que as famílias que estejam com cada irmão possam manter contato entre si, para não se desfazerem os vínculos de afeto.

-Após ser entregue em família substituta, a lei lhe faculta o direito de ser ouvido judicialmente, assim como, após os 18 anos, ter o direito ao acesso às informações sobre os pais biológicos sem entrar na justiça.

Com relação ao Código Civil de 2002, não se usa mais a terminologia adoção simples ou plena. No mais, agora existe apenas uma figura: a adoção irrestrita; que obedece essencialmente aos contornos da anteriormente tratada como adoção plena, inclusive sendo possível constituí-la apenas em processo judicial. Qualquer pessoa pode ser adotada,

34- FARIAS, Mariana de Oliveira; BORTOLOZZI, Ana Claudia. "Adoção por homossexuais" -A Família Homoparental sob o Olhar da Psicologia Jurídica. Editora Juruá, 2009.

exigindo-se previamente o consentimento dos pais ou dos representantes legais, de quem se deseja adotar, e da concordância deste, se contar mais de doze anos.

A lei dispensa o consentimento em relação à criança ou ao adolescente, quando forem os seus pais desconhecidos, desaparecidos ou tenham eles sido destituídos do poder familiar sem que haja nomeação de tutor, ou ainda, quando comprovadamente tratar-se de infante exposto, ou órfão que há mais de um ano não tenha sido procurado por qualquer parente. Anote-se que o consentimento é revogável, podendo arrepender-se quem o prestou, desde que o faça até a publicação da sentença constitutiva da adoção.

Após o trânsito em julgado da sentença constitutiva, começa ela a surtir efeitos, exceto se o adotante vier a falecer no curso do procedimento, caso em que terá força retroativa à data do óbito (adoção póstuma). A sentença constitutiva, outrossim, confere ao adotado o sobrenome do adotante, podendo determinar a modificação de seu prenome, se menor, a pedido do adotante ou do adotado. Com isso, a adoção atribuirá a situação de filho como se naturalmente o fosse, desligando-se o adotado de qualquer vínculo com os pais e parentes consangüíneos, salvo quanto aos impedimentos para o casamento, que se preservam até mesmo por razões genéticas e biológicas. O parentesco não é apenas entre adotante e adotado, mas também entre aquele e os descendentes deste e entre o adotado e todos os parentes do adotante. E, se um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou companheiro do adotante e os respectivos parentes.

2.4.4 Legitimidade para adotar, requisitos objetivos e subjetivos.

Não existe nenhum enunciado no Estatuto da Criança e do Adolescente que inviabilize a adoção por homossexuais, ou seja, o ECA, que regula a adoção de menores, não faz restrição alguma, seja quanto à sexualidade dos candidatos, seja quanto à necessidade de uma família constituída pelo casamento como requisitos para a adoção.

Diante disso, as pessoas que pretendem ter um filho mediante adoção têm buscado os meios legais no Juízo da Infância e da Juventude, com a finalidade de concretizar o sonho de ser mãe ou pai.

Em se tratando de adoção para homossexual, entende-se não existir empecilhos., caso o requerente preencha os requisitos exigidos para o cadastro de adoção e, após avaliação psicossocial e o deferimento judicial, que o mesmo aguarde na fila de pretendentes o seu momento de receber uma criança, inicialmente sob o termo de guarda e

responsabilidade, para depois ser concretizada a adoção após a destituição do poder familiar dos pais biológicos.

Zambrano (2006), em seu estudo “Parentalidades impensáveis”, faz a seguinte observação:

Embora a lei não traga impedimento à adoção por casais homossexuais, todos os nossos informantes que buscaram a adoção legal o fizeram individualmente, mesmo estando em parceria conjugal. Entendemos que a representação da família nuclear vigente na nossa sociedade, e muitas vezes compartilhada pelos informantes, pode trazer como implicação o temor de um indeferimento do pedido da adoção pelo fato de serem homossexuais, o que explica sua conseqüente opção por não demandar a adoção conjunta. Assim, os homossexuais entrevistados que têm ou planejam ter acesso à parentalidade, em sua maioria, optam pela adoção legal por parte de apenas um dos parceiros.

Visando a questão objetiva da adoção, o Código Civil e o ECA se entrelaçam nos seguintes aspectos:

Todas as pessoas maiores de dezoito anos, independentemente do estado civil, têm capacidade e legitimação para adotar. Para ser promovida a adoção por casal, basta que um deles tenha completado a idade mínima, devendo, porém, ser também demonstrada a estabilidade da família

A diferença de idade entre adotante e adotado, é de que esta seja de 16 anos, bastando que um dos requerentes preencha o requisito

O Código Civil/2002 determina, em seu artigo 1.622, caput, que ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher ou viverem em união estável

A adoção é um ato pessoal do adotante, sendo que a lei veda a adoção por procuração.

Entre os requisitos da adoção, está o estágio de convivência, consiste num período fixado pelo juiz para a aferição da adaptação do adotando ao novo lar, podendo ser dispensado se o adotando não tiver mais de um ano de idade ou se o tempo de convivência com os adotantes já for suficiente para a avaliação. Este será promovido obrigatoriamente se o adotando tiver mais de um ano de vida e tem o condão de tornar a adoção mais completa.

A finalidade do estágio de convivência é comprovar a compatibilidade entre as partes e a probabilidade de um futuro sucesso da adoção.

Na adoção por estrangeiro, a prova do estágio de convivência é indispensável. Nesse caso exige-se que o estágio de convivência ocorra no mínimo por quinze dias para criança até dois anos de idade e de, no mínimo, trinta dias para criança de mais dessa idade.

Outro requisito para a adoção diz respeito à concordância por parte do adotado, de seus pais ou representante legal. Entretanto, o consentimento do adotado somente é requerido e aceito se ele contar com mais de doze anos. O consentimento dos pais é sempre reclamado, a não ser que eles tenham sido destituídos do poder familiar ou se seus pais forem desconhecidos (CC/02, artigo 1.621, § 1º; artigo 45, § 1º, ECA). Outra novidade trazida pelo ECA e também contemplada pelo CC/02, é a possibilidade de se deferir adoção ao morto, chamada de adoção póstuma.

É necessário que o falecido tenha manifestado expressamente, em juízo, a vontade de adotar, e que o processo de adoção esteja em curso no momento do óbito.” (ALVES, 2005, p. 23).

A adoção deverá ser assistida pelo poder público, independente da idade do adotando (artigo 1623 do CC/02), sendo que se constitui por sentença judicial e somente poderá ser anulada, no caso de ofensa às prescrições legais.

É importante esclarecer que a adoção é concebida como uma medida de exceção, pois somente ocorre quando todas as possibilidades de retorno à família de

origem foram esgotadas. A adoção é irrevogável, sendo que a morte dos adotantes não restabelece o Poder Familiar dos pais biológicos e parentes.³⁵

Do ponto de vista subjetivo, analisa-se a real motivação para a adoção, que papel essa criança ou adolescente terá na vida desses pais ou dessas mães, o lugar simbólico que ela ocupa, se eles querem uma criança para preencher uma lacuna em suas vidas, se é para substituir a perda de um filho, tanto por morte natural, quanto por aborto, se é para mascarar uma dificuldade de lidar com a infertilidade, se é para dar uma satisfação aos familiares ou à sociedade ou se é para segurar o parceiro ao seu lado, dando-lhe a responsabilidade de assumir uma criança, que de certa forma, os ligará para sempre.

Enfim, são inúmeras as possibilidades nesse lado tão subjetivo da adoção. Serão abordados aspectos como os papéis e as identificações parentais, os medos, os preconceitos e a revelação. A dificuldade de se lidar com os conflitos num relacionamento também pode dar a falsa ilusão de que um filho aplacaria todos seus problemas, o que não corresponde à verdade. Esses dados muitas vezes vêm à tona no momento da avaliação psicossocial realizada por técnicos da vara da infância e juventude e é importante que o pretendente à adoção tenha já elaborado adequadamente seus lutos e suas perdas para que possa efetivamente obter esse espaço na sua vida para a inclusão desse novo afeto.

2.4.5 Adoção conjunta e unilateral.

Pela nova lei da adoção, a idade para adotar foi reduzida de 21 anos para 18 anos, podendo o adotante ser solteiro. No caso de adoção conjunta, exige-se que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável. Por determinação da lei, uma criança só pode ser adotada por entidade familiar, isto é, a comunidade advinda da união entre homem e mulher por meio de casamento ou de união estável. O Novo Código Civil é expresso no art. 1.622 ao aduzir que ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher ou se viverem em união estável. Assim, a lei ainda não reconhece o casal homossexual como entidade familiar, haja vista não reconhecer o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Portanto, a adoção só poderá ser concedida a um dos companheiros e não aos dois concomitantemente. Antes dos requerentes serem avaliados pelos serviços de assistência social e psicologia, os mesmos se cadastram no cartório da vara da infância e juventude,

35-REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. *In*: Adoção no contexto social brasileiro. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/5881.pdf>>, acesso em 15/08/2009.

visando preencher todos os requisitos necessários (documentação exigida) para que possam posteriormente ser avaliados pelo setor técnico.

Após a perícia técnica, o laudo será encaminhado ao Ministério Público que se manifestará favorável ou não e por último, a sentença final do juiz que irá deferir ou não a sentença aos pretendentes. Já a adoção unilateral é quando um ou ambos possuem filhos das uniões anteriores, havendo a possibilidade do novo parceiro adotá-los.

Na apreciação do pedido se levará em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as conseqüências decorrentes da medida. Os requerentes buscam a intervenção judicial para legalizar uma relação familiar já estabelecida.

Nos pedidos de adoção unilateral, sempre que possível, ouve-se o genitor biológico em vias de perder o poder familiar, investigando suas razões e o lugar que o filho ocupa em sua vida, bem como verifica-se junto à criança ou adolescente a sua compreensão acerca do pedido e se possui liberdade para discordar, caso não aceite a adoção.

Tanto na adoção conjunta como unilateral, o setor psicossocial irá observar a real motivação da (do) requerente, a estabilidade da união, o vínculo de afinidade da criança para com o requerente e a disponibilidade interna da criança para reconhecer psicologicamente o (a) adotante como pai ou mãe, avaliação sobre a real motivação da mãe biológica em abrir mão do poder familiar e a compreensão que os avaliados têm da medida pleiteada.

2.4.6 A não exigência de constituição de família ou restrição quanto à sexualidade dos candidatos à adoção.

Não há nenhum tipo de restrição quanto à necessidade de se constituir família para adotar. Tanto pode ser um casal vivendo união estável quanto uma pessoa solteira. Aliás, no Brasil, o ECA (Cury, 2005), seguindo as diretrizes da Constituição Federal, não restringe o conceito de família à existência dos dois sexos como casal parental, basta que exista um e sua prole, oferecendo reconhecimento e visibilidade para uma situação fática.

Com relação à sexualidade do pretendente à adoção, também não existe nada que o impeça de adotar, ou seja, o importante é que ele reúna condições sociais e psicológicas favoráveis para o que pleiteia, não ter antecedentes criminais, apresentar atestado médico de sua saúde física e mental, e oferecer ambiente familiar adequado à criança.

Sendo assim, “negar a possibilidade do reconhecimento da filiação, quando os pais são do mesmo sexo, é uma forma cruel de discriminar e de punir. Há uma legião de filhos

esperando alguém para chamar de mãe ou pai. Se forem dois pais, ou duas mães, não importa, mais amor irão receber”. (DIAS, 2009, p. 447)

2.4.7 Princípio da Isonomia: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

O que vem a ser princípios? Para o jurista MIGUEL REALE os princípios são certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõem dado campo do saber.³⁶ CLÓVIS BEVILÁQUA, jurista de notório saber jurídico ensina que os princípios são elementos fundamentais da cultura jurídica humana.

Assim, os princípios são elementos básicos e indispensáveis, norteadores na elaboração e aplicação do direito.

“Princípio da isonomia”: Assegura a igualdade das partes na Constituição Federal. A igualdade das partes advém da garantia constitucional da qual goza todo cidadão que é a igualdade de tratamento de todos perante a lei.

Nesse contexto determina o caput do art. 5º da Constituição Federal de 1988, menciona que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do seu direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes":

O princípio da igualdade domina todo o processo civil e, por força da isonomia constitucional de todos perante a lei, impõe que ambas as partes da lide possam desfrutar, na relação processual, de iguais faculdades e devam se sujeitar a iguais ônus e deveres.

Menciona NELSON NERY JÚNIOR que o princípio da isonomia processual é o direito que tem os litigantes de receberem idêntico tratamento pelo juiz. Ensina ainda o referido autor que dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades.³⁷

2.4.8 O direito do homossexual figurar no cadastro de pretendentes à adoção.

O que tem sido mais comum nas inscrições de homossexuais à adoção, na maioria dos fóruns (vara da infância e juventude) é somente um requerente se cadastrar para a adoção,

³⁶ REALE, Miguel. “Lições Preliminares de Direito”. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 300

³⁷ NERY JÚNIOR, Nelson. “Princípios do Processo Civil na Constituição Federal”. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

provavelmente por receio do pedido ser indeferido, caso seja explicitada a condição da homossexualidade, que muitas vezes, já vivem em união estável homoafetiva.

Sabe-se, porém, que a sexualidade do requerente homossexual possui a mesma legitimidade do heterossexual para contemplar a parentalidade, não havendo o porquê de discriminá-lo, se ele preencher a todos os requisitos exigidos para figurar no cadastro de adoção.

É da autoria do Juiz Siro Darlan, da 1ª. Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, a seguinte frase, conforme transcrito na obra **1º Guia de Adoção de Criança e Adolescente do Brasil**: “Não exijo certidão de nascimento e nem faço restrições sexuais. Tanto que deferi em favor de homossexuais como neguei em casos que julguei inconveniente para a criança”.³⁸

2.4.9 A importância do acompanhamento psicossocial nas adoções homoafetivas.

Os assistentes sociais e psicólogos são as pessoas responsáveis pelo trabalho técnico junto ao cliente, que fornecerão os subsídios para o juiz julgar e proferir a sentença.

Geralmente, diz-se que os técnicos são os “olhos do juiz”, porque são eles que entrevistam, orientam e realizam o estudo psicossocial que se encerra com os pareceres técnicos, favoráveis ou desfavoráveis.

Figueiredo (2001), apud Uziel (2007, p.83) salienta que:

A grande importância dos psicólogos, assistentes sociais, pedagogos etc., se concretiza na ocasião de opinar sobre o cadastramento ou não do pretendente. Seus laudos, pareceres e análises, com os seus saberes acadêmicos específicos, são vitais para garantir a inscrição de bons candidatos.

Em sua tese de doutorado sobre operadores de direito e adoção, Vargas (2000), apud Uziel (2007, p.83) afirma:

O técnico ao estabelecer o vínculo com a clientela, ao realizar o laudo, detém o poder da informação e dos critérios que estabelece para aplicar ou não técnicas projetivas, sobre o não-poder, que carrega o candidato que não pôde procriar; sobre o não-poder da mãe que entrega ou abandona o filho; o não-poder da criança que depende da instituição para ser colocada numa família.

Mesmo que um (a) requerente homossexual que assumiu uma criança mediante guarda, com vistas à adoção tenha sido exaustivamente avaliado (a) pelo setor de psicologia e serviço social e tido como adequado (a), é importante que o setor técnico continue acompanhando o caso, uma vez que a situação sócio-emocional dos envolvidos pode sofrer

³⁸ - FIGUEIREDO, Luis Carlos de Barros. “Adoção para homossexuais”. Editora Juruá. 1ª. Edição (2001) e 8ª. Reimpressão. Curitiba, 2008. p.89-90.

alterações, aliado ao fato da adoção homoafetiva ser algo peculiar, se comparada à maioria das relações de parentalidade.

O adotante e o adotado estabelecerão vínculos de afeto, de convivência, onde serão avaliadas as condições psico-afetivas dos pais e da criança, identificando a existência de pontos favoráveis ou não a mudanças, que poderão sofrer algum tipo de intervenção, caso seja necessário.

O estágio de convivência se inicia no momento em que aqueles que postularam a adoção da(s) criança(s) e/ou adolescente(s) obtiveram o termo de guarda e responsabilidade (TGR) e com isso passam efetivamente a assumir todos os seus cuidados de guarda e proteção, conforme se estabelece no art. 46 do ECA.

Conforme consta do Caderno dos Grupos de Estudos de Serviço Social e de Psicologia do Judiciário:

A intervenção técnica durante o estágio de convivência tem se mostrado imprescindível, uma vez que adotante e criança encontram no técnico um terceiro que, estando fora da relação, tem a oportunidade de vislumbrar pontos de conflitos mais intensos e, com isso, auxiliar no sentido de desvelá-los, permitindo assim sua elaboração psíquica. Não se trata de resolver problemas na sua dimensão concreta, mas de proporcionar a circulação de conteúdos que, se cristalizados, causam “nós” de difícil dissolução. (SRH/TJSP,2005, p.95).

O acompanhamento psicossocial nas adoções homoafetivas, se faz importante, uma vez que vem respaldar a família que adotou, em suas dificuldades em lidar com o segredo e a revelação da origem da criança, nos casos de crianças adotadas ainda em tenra idade, sem muita lembrança da família de origem. A questão da idealização da parentalidade e a fantasia da devolução da criança são outros aspectos importantes para serem avaliados pelos técnicos.

2.5 PROVIDÊNCIAS CARTORÁRIAS E DOCUMENTAIS

2.5.1 Mandado judicial para as anotações no registro de nascimento do adotado

Após deferida a adoção pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude, será expedido ofício judicial ao cartório de registro civil para averbar a nova condição da criança adotada, que passa a ter os mesmos direitos que um filho biológico. Pelo ECA, lei 8069/9, reza o art.20 que os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. (Art. 227, § 6º).

É fato que no registro de nascimento do adotado não deve constar nenhuma observação, sendo ainda vedado o fornecimento de certidão (ECA, p. 47). O processo judicial será arquivado e o registro original do adotado será cancelado.

Na cidade de Catanduva, cuja sentença inédita deu ganho de causa a um casal homossexual adotar uma menina de cinco anos, o advogado dos requerentes, “Heveraldo Galvão”,³⁹ assim argumentou sobre o mandado judicial e as anotações no registro de nascimento da criança: “Tudo o que o requerente pretende é criar um vínculo jurídico, assumindo também a responsabilidade decorrente da paternidade, já que a menor vem sendo criada por ambos e reconhece-os como pais”.

Em seu artigo “Adoção por Casal Homossexual - Princípios Constitucionais e Garantia dos Direitos da Cidadania”, o douto advogado prosseguiu:

Em razão de toda a argumentação apresentada, visando atender ao comando constitucional de assegurar proteção integral à menor, a Juíza deferiu o pedido, julgando procedente a adoção, determinando que conste no Registro de Nascimento da criança que é filha de V.P.G.F. e D.P.C.J., sem declinar condição de pai ou mãe e, da mesma forma, em relação aos avós, sem explicitar a condição materna ou paterna, passando a menor a se chamar T.R.C.G.

Com o trânsito em julgado, determinou a expedição de mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil da Comarca de Catanduva/SP, com a recomendação de que seja mantida a observação feita quando da primeira adoção e que tal registro seja realizado sem custas para as partes.

A sentença foi proferida em 30 de outubro de 2006, sendo certo que a certidão de nascimento averbada com o nome dos dois adotantes foi expedida em 21 de novembro de 2006.⁴⁰

2.5.2 Nomes que devem figurar nas condições de pai e mãe, avós paternos e maternos e o adotado.

Consta no Art. 43 do ECA que a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos para a criança. Já no Art. 1622 do Código Civil Brasileiro, ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher, ou se viverem em união estável.

Na maioria das situações de pedido de adoção por homossexual, o que tem ocorrido é somente um requerente que vai figurar no registro de nascimento da criança ou adolescente, geralmente aquele que se inscreveu no cadastro de adoção e que está pleiteando tal medida.

Tem-se notícia já amplamente divulgada na mídia, que na Comarca de Catanduva, citada no item anterior, um casal homossexual de cabeleireiros, que vive união estável há 13

³⁹ -GALVÃO, Heveraldo. Advogado, Palestrante, Mestre em Direitos Coletivos e Função Social do Direito (UNAERP) Coordenador da Escola Superior de Advocacia (Núcleo de Catanduva), Professor Universitário de Direito (FIPA e IMES de Catanduva), Agente de Desenvolvimento Local (SENAC).

⁴⁰ -GALVÃO, Heveraldo. “Adoção por Casal Homossexual” - Princípios Constitucionais e Garantia dos Direitos da Cidadania”. Disponível em: <http://www.tex.pro.br/wwwroot/00/00_adocao_por_casal_homossexual.php> acesso em 18/08/2009.

anos, assumiu a guarda de uma criança de 05 anos, pleiteando a sua adoção, tendo sido deferida pelo juiz da infância e juventude, inicialmente para um dos conviventes.

Posteriormente, o companheiro ajuizou também pedido de adoção, alegando que a criança vinha sendo criada pelos dois e, após exaustivo estudo psicossocial do caso, foi deferida a adoção, o que foi considerado algo inédito no País, adotar conjuntamente com o companheiro e poderem figurar no registro de nascimento da criança como pais.

Ao averbar o registro de nascimento, a adoção saiu no nome dos dois, constando na certidão os dois nomes, como Pai nº 1 e Pai nº 2, sem declinar condição de pai ou mãe e, da mesma forma, a relação dos avós, sem explicitar a condição materna ou paterna.

A partir desse caso, foi criada jurisprudência e outras situações vêm surgindo no País, ficando à mercê do entendimento de cada juiz que a julga ou seja, da convicção subjetiva de cada magistrado.

2.5.3 Projetos de lei que visam regulamentar a adoção por homossexual.

Em 1995, a então Deputada Federal Marta Suplicy, propôs um projeto de lei (n.º 1.151/95) que visa regulamentar a união estável entre pessoas do mesmo sexo, que embora nada mencione sobre a adoção por parte dos homossexuais, colocaria o Código Civil do lado desta possibilidade. Tal projeto foi tirado de pauta em 2001 e assim permanece até o presente momento. (Vide anexo nº 1).

O Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente também apontam cuidados a serem tomados para o bem-estar do adotado, como indicar que a adoção só será deferida quando apresentar reais vantagens para ele, sendo estes benefícios de ordem pessoal, moral e afetiva. “A análise torna-se extremamente subjetiva, ficando a critério do juiz estabelecer qual é a melhor família substituta para o adotado desde que o ambiente familiar seja adequado. O que levanta a questão: adequado na visão de quem – do adotado, do juiz, do perito ou da sociedade?”⁴¹

2.5.4 Tendência da jurisprudência pátria a respeito.

Dias (2009), em seu artigo intitulado: “As Uniões Homoafetivas na Justiça” (IBDFAM), esboça um panorama de como a jurisprudência tem se manifestado no judiciário:

⁴¹ - FUTINO, Regina Silva; MARTINS, Simone. Artigo: “Adoção por homossexuais” – uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. Disponível em: http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S1413-03942006000300014&script=sci_arttext. Acesso em 19/09/09.

A primeira decisão da justiça brasileira que deferiu herança ao parceiro do mesmo sexo também é da justiça do Rio Grande do Sul. A mudança de rumo foi de enorme repercussão, pois retirou o vínculo afetivo homossexual do Direito das Obrigações, em que era visto como simples negócio, como se o relacionamento tivesse objetivo exclusivamente comercial e fins meramente lucrativos. Esse equivocado enquadramento evidenciava postura conservadora e discriminatória, pois não conseguia ver a existência de um vínculo afetivo na origem do relacionamento.

Fazer analogia com o Direito das Famílias, que se justifica pela afetividade, significa reconhecer a semelhança entre as relações familiares e as homossexuais. Assim, passou a justiça a emprestar relevância ao afeto, o elegendo como elemento de identificação para reconhecer a natureza familiar das uniões homoafetivas. O Relator, Desembargador José Carlos Teixeira Giorgis, em longo e erudito voto, invocou os princípios constitucionais da dignidade humana e da igualdade, concluindo que o respeito à orientação sexual é aspecto fundamental para o seu reconhecimento. Na esteira dessa decisão, encorajaram-se outros tribunais e, com significativa frequência, se tem notícias de novos julgamentos adotando posicionamento idêntico.⁴²

Já existem algumas jurisprudências no País a respeito de adoção homoafetiva. São cinco confirmadas. Um casal feminino do Rio Grande do Sul, outro casal feminino do Rio de Janeiro, um casal masculino de Catanduva, um casal masculino em Ribeirão Preto e outro casal masculino no Acre.

Por ser o Judiciário, uma instituição bastante conservadora, ligada aos costumes, e até porque, muitas vezes é ele quem rege esses costumes, acaba por se tornar um paradoxo, pois as mudanças ocorridas ao longo dos anos, como o divórcio, por exemplo, foi disciplinado pelo judiciário, antes mesmo do legislador e percebe-se no momento, que a questão que envolve o relacionamento homoafetivo, também passa pelo mesmo crivo.

Desta forma, vemos que a instituição traz em si, tanto os aspectos tradicionais e conservadores como o de pioneirismo e vanguarda.

2.5.5 Decisões favoráveis relacionadas com o tema.

Alguns juízes, outros não, vem reconhecendo a união homossexual como entidade familiar. No Rio Grande do Sul, o desembargador José Carlos Teixeira Giorgis, proferiu decisão pioneira em um caso de reconhecimento de união homoafetiva, como entidade familiar (TJRS, 2001). Também no Rio Grande do Sul, a desembargadora Maria Berenice Dias, vem tratando a questão, enfatizando a união homossexual como baseada em laços de afeto, sendo incluída no direito de família.

Em 1997, O Desembargador Siro Darlan, à época Juiz da 1ª Vara de Infância e Juventude do Rio de Janeiro, foi pioneiro ao deferir a primeira adoção para homossexual no

⁴² - DIAS, Maria Berenice. “As *Uniões Homoafetivas na Justiça*.” Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=517>, acesso em 22/08/09.

Estado, entendendo que não pode haver preconceito no momento de garantir a uma criança abandonada o direito a uma segunda família.

Em 1998, a 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu na AC 1998.001.14332 que “a afirmação de homossexualidade do adotante, preferência individual constitucionalmente garantida, não pode servir de empecilho à adoção de menor, se não demonstrada ou provada qualquer manifestação ofensiva ao decoro e capaz de deformar o caráter do adotado”.

Em Ribeirão Preto, um casal já conseguiu a adoção de 04 irmãos. Os cabeleireiros João, 34, e Paulo, 40, estão juntos há 15 anos. O processo corre em segredo de Justiça. Os quatro irmãos são filhos de uma dependente química, que perdeu a guarda dos filhos. Eles estavam em um abrigo de menores. As crianças passaram o primeiro Natal na casa dos pais adotivos e duas das meninas tiveram sua primeira festa de aniversário neste ano.

Em Catanduva, já citado em tópico 2.5.1, a criança adotada teve o direito garantido de constar em seu registro de nascimento, os nomes dos dois pais que a adotaram, caso pioneiro no interior do Estado de São Paulo que abriu precedentes para que outras situações semelhantes ocorram. A notícia foi veiculada tanto na mídia nacional como na internacional.

Os dois últimos casos que tem sido veiculados pelos meios de comunicação são recentíssimos, sendo um deles considerado como mais uma decisão pioneira proferida em 27/04/10.

O STJ manteve a decisão em que autorizava a adoção de duas crianças por par de mulheres homossexuais da cidade de Bagé-RS.

A sentença de primeiro grau que concedeu a adoção é do juiz Danilo Edon Franco. O relator em segundo grau foi o desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, cujo voto foi elogiado na decisão do STJ, tendo havido unânime entendimento da Turma que reafirmou que *“nos casos de adoção, deve prevalecer sempre o melhor interesse da criança”*.

Uma das mulheres já havia adotado as duas crianças ainda bebês. Sua companheira, com quem vive desde 1998 e que ajuda no sustento e educação dos menores, queria adotá-los por ter melhor condição social e financeira, o que daria mais garantias e benefícios às crianças, como plano de saúde e pensão em caso de separação ou falecimento.⁴³

⁴³ - REVISTA ÉPOCA, Ed.Globo. “STJ reconhece adoção por casal homossexual no RS”. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EM1136368-15228,00.html>. Acesso em 30/04/10.

O outro caso ocorreu no dia seguinte, em 28/04/10, em Tangará da Serra-MT:

A Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em decisão unânime, reconheceu o direito de um casal homossexual de se responsabilizar pela guarda de uma criança. No julgamento da apelação, os membros da câmara julgadora acolheram o pedido de um dos parceiros para adotar a menor. O companheiro dele, com quem convive há seis anos, já detém a guarda da filha com vistas à adoção.

Ao analisar o caso, a relatora destacou que o Direito é uma ciência dinâmica, que deve acompanhar os avanços da sociedade e as mudanças de comportamento do ser humano. Nesse sentido, no entendimento da desembargadora, o fato social sempre antecipa o jurídico, assim, a jurisprudência antecipa a lei.⁴⁴

⁴⁴ - IBDFAM- Tribunal autoriza adoção de criança por homossexuais. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?noticias¬icia=3526>. Acesso em 30/04/10.

3- CONCLUSÕES

Compreender os diferentes arranjos e configurações familiares ocorridas ao longo dos anos, para muitos ainda é um “bicho de sete cabeças”, uma vez que o homem traz gravado no seu inconsciente coletivo,⁴⁵ o modelo de família patriarcal e heterocêntrica, que permeou por séculos a sua existência.

Para se livrar de preconceitos e estereótipos que estão incutidos e arraigados na sua essência, é preciso que se faça um trabalho de reconstrução dos valores e julgamentos.

A homofobia aprendida e internalizada vem sendo transmitida como legado cultural de geração em geração, trazendo consigo seu grau de intolerância, tratando o diferente com ironia e descaso, colocando-o à margem da sociedade.

Paralelo a esse movimento tem-se criado leis que visam garantir o direito aos homossexuais de se um

irem homoafetivamente, concedendo-lhes dessa forma o status de entidade familiar (art. 226 § 3º CF), além dos direitos previdenciários, decorrentes desse vínculo.

A adoção, portanto, que vinha sendo vedada, permanecendo fora do projeto, tem conseguido ultimamente muitas vitórias, como descritas anteriormente em citações de nº 45 e 46 do referido trabalho.

Com o status de entidade familiar, o casal homossexual deixa de ser considerado uma sociedade de fato, para ser promovido a uma sociedade de afeto.

Ocorre que o princípio da igualdade, direito assegurado pela Carta Magna, o qual celebra que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, estabelecendo como objetivo fundamental do Estado, a promoção do bem de todos, vedando qualquer discriminação sexual, na verdade, não é totalmente cumprido.

OLIVEIRA JUNIOR (2010) p.2A sinaliza que “O Direito, obrigatoriamente, tem que caminhar de braços dados com as transformações sociais. A orientação homossexual é uma realidade e se faz presente, baseando-se no respeito mútuo e no convívio estável e, conseqüentemente, gera direitos e obrigações que devem ser tutelados pelo Estado”.

A orientação sexual e a identidade de gênero carregam a esperança do reconhecimento legal, levando-se em consideração que ninguém pode ser discriminado por uma escolha fundada no exercício do direito de diversidade para o

⁴⁵ - JUNG, Carl Gustav- “*Os arquétipos e o inconsciente coletivo*”. Ed. Vozes, 2ª. Edição. Petrópolis, 2002. Para Jung, o inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, mas é herdado. São imagens universais que existiam desde os tempos mais remotos.

ajuste de sua dignidade humana. A Constituição Federal não ungiu cidadãos de primeira e segunda classes⁴⁶.

O homossexual tem sofrido discriminação ao assumir um relacionamento homoafetivo, sendo comparado muitas vezes a pessoas promiscuas ou outros termos pejorativos.

Uma pequena parcela consegue se impor, assumindo publicamente uma união homoafetiva, assim como uma pequena parcela enfrenta o “sisudo” Poder Judiciário na tentativa de se adotar uma criança legalmente, pois na maioria das vezes, se depara com entraves burocráticos e jurídicos que a faz buscar outros meios, extrajudiciais.

Assim como o divórcio causou alvoroço há mais de trinta anos e demorou para ser assimilado pela sociedade, a união homoafetiva, bem como a adoção para homossexuais, também causa polêmica, estranheza, reações das mais variadas possíveis no senso comum. No entanto, não há qualquer impedimento no Estatuto da Criança e do Adolescente quanto à sexualidade do indivíduo ou a necessidade de uma família constituída pelo casamento, podendo a adoção ser concedida à pessoa solteira.

A questão mais crucial que se levanta é: “Se o homossexual pode adotar uma criança”; “Se existe a possibilidade dessa criança tornar-se homossexual” e por último: “Como ficam para essa criança as referências parentais e importantes ao seu desenvolvimento psíquico”.

Considerando-se que não existe no ECA nem tão pouco no Código Civil impedimentos quanto à sexualidade ou a não constituição de família, entende-se que o homossexual tem o direito de adotar, após passar por avaliação Psicossocial da Vara da Infância e Juventude de sua Comarca, e conseqüentemente ter deferida judicialmente tal pleito.

Pelos estudos existentes, não se justifica a idéia de que a criança pode tornar-se homossexual pelo fato de conviver com um deles. A maioria das crianças que se encontram abrigadas foram geradas por casais heterossexuais.

Tais estudos apontam ainda que a convivência de meninos com homossexuais não influencia na opção sexual, pois se procedesse, não existiriam pessoas homossexuais em famílias constituídas efetivamente de heterossexuais.

Quanto à importância das referências parentais para a criança adotada por um homossexual, especialistas da área da psicologia entendem que a criança naturalmente elege

⁴⁶. OLIVEIRA JUNIOR, Eudes Quintino de- “*A união Homossexual*”, artigo publicado no jornal “Diário da Região”, de São José do Rio Preto, em 18/02/10, coluna Opinião, página 2A.

uma pessoa próxima do seu círculo familiar e do sexo oposto ao do seu cuidador. Essa figura parental pode estar representada na pessoa da avó, tia, prima etc. É importante que a criança tenha presente em sua vida, modelos de ambos os sexos, mas não necessariamente os pais devem ser de sexos diferentes.

A despeito de toda a trajetória do fenômeno “homossexualidade” ter causado grande “barulho”, incomodando sucessivas gerações, que a pretexto de uma sociedade conservadora, tradicional e preconceituosa, tentou neutralizar os efeitos de tal fenômeno, o que se vê no mundo contemporâneo é uma maior abertura para a discussão do tema.

Anteriormente, vivendo na clandestinidade, hoje pede passagem e, com o aval, mesmo que de uma forma ainda tímida, do sistema mais conservador do País, o Judiciário, que não tem mais como fechar os olhos para a questão, que clama por justiça.

E finalizando o presente estudo, com a magistral e feliz afirmação de (HIRONAKA),1999 *apud* DIAS, 2009, p.27

"Biológica ou não, oriunda do casamento ou não, matrilinear ou patrilinear, monogâmica ou poligâmica, monoparental ou poliparental, não importa. Nem importa o lugar que o indivíduo ocupe no seu âmago, se o de pai, se o de mãe, se o de filho; o que importa é pertencer ao seu âmago, é estar naquele idealizado lugar onde é possível integrar sentimentos, esperanças, valores e se sentir, por isso, a caminho da realização de seu projeto de felicidade pessoal”.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Jonel Benedito Ferreira de. “*A criança e o adolescente na Constituição Federal*”, 2007. Disponível em: <<http://www.oabmt.org.br/index.php?tipo=ler&mat=3513>>, acesso em 06/07/09.

BEVILÁQUA, Clovis. *in*, “Código. Civil do E.U.B”. vol. I, pág. 822.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. “*Um direito de todos e todas*”. Editora Brasília Rádio Center, Brasília. DF. 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/con1988_10.08.2005/index.htm>, acesso em 27/06/09.

_____. Enciclopédia digital Wikipédia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Transexualidade>>, acesso em 19/07/09.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. “*Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*”. Editora Fisco e Contribuinte Ltda, São Paulo. 1991.

_____. Instrução Normativa do INSS 25/2000 e 50/2001. Disponível em: <<http://www.mp.mt.gov.br/cma/secure/arquivos/arg200.pdf>>, acesso em 20/05/09.

_____. Projeto de lei nº 1.151/95, de Marta Suplicy. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5524>. Acesso em 20/05/09.

_____. Resolução Conselho Federal de Psicologia nº 1/99. Disponível em: <http://www.glssite.net/direitosex/juridicas/resol_cfp.htm>, acesso em 21/05/09.

CARBONERA, Silvana Maria. “*O papel jurídico do afeto nas relações de família*”. Anais do I Congresso de Direito de Família, BH, 1988.

CARDOSO, Renata Pinto. “*Transexualismo e o direito à redesignação do estado sexual*”. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2164/Transexualismo-e-o-direito-a-redesignacao-do-estado-sexual>>, acesso em 15/07/09.

CHAUÍ, Marilena. “*Repressão sexual*” *Essa nossa (des)conhecida*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

DIAS, Maria Berenice. “*Manual de Direito das Famílias*”, 5ª. Edição, revista, atualizada e ampliada. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2009.

_____. “*Conversando sobre homoafetividade*” - Livraria do Advogado Editora- Porto Alegre, 2004.

_____. “*Paternidade Homoparental*”, Desembargadora do TJ-RS, Vice-Presidente Nacional do IBDFAM. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/secoes/artigosc/Berenice_paternidade.doc>, acesso em 25/06/09.

_____. “*União homossexual*”- Aspectos sociais e jurídicos. In: Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, v. 4, jan./fev./mar., 2000.

_____. “*União homossexual*”- O preconceito e a justiça. Porto Alegre, Livraria do advogado, 2000.

DINIZ, Maria Helena. “*Curso de Direito Civil Brasileiro*”: direito de família. 5º Volume, 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2002.

DOLTO, Françoise. “*Quando os pais se separam*”. Editora Zahar, 2ª. Edição, Rio de Janeiro, 1991.

FARIAS, Mariana de Oliveira; BORTOLOZZI, Ana Claudia. “*Adoção por homossexuais*”-A Família Homoparental sob o Olhar da Psicologia Jurídica. Editora Juruá, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. “*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*”. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992.

FERREIRA, Márcia Regina Porto e CARVALHO, Sônia Regina. In: 1º Guia de adoção de crianças do Brasil. “*Novos Caminhos, dificuldades e possíveis soluções*”. Winners Editorial, Fundação Orsa, São Paulo, 2000.

FIGUEIREDO, Luiz Carlos de Barros. “*Adoção para homossexuais*”, Editora Juruá. 1ª. Edição (2001) e 8ª. Reimpressão. Curitiba, 2008.

FOUCAULT, Michel. “*História da sexualidade I – A vontade de saber.*” Editora Graal, 3ª. Edição, Rio de Janeiro, 1980.

FUTINO, Regina Silva; MARTINS, Simone. Artigo: “*Adoção por homossexuais*” – uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. Disponível em: http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S1413-03942006000300014&script=sci_arttext. Acesso em 19/09/09.

GALVÃO, Heveraldo. “*Adoção por Casal Homossexual - Princípios Constitucionais e Garantia dos Direitos da Cidadania*”. Disponível em: <http://www.tex.pro.br/wwwroot/00/00_adocao_por_casal_homossexual.php> acesso em 18/08/2009. _____. “*Adoção por casal formado por pessoas do mesmo sexo*”. IOBC/WPRS Bulletin, Água Branca/SP, v. 3, p. 378-381, 2007.

GROENINGA, Giselle. “*O secreto dos afetos*” – A mentira. Boletim do IBDFAM, nº 19, mar/abr 1993.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. “*Família e Casamento em Evolução*”, in: Revista Brasileira de Direito de Família – nº 1 – Abr.-Mai.-Jun/99, Editora Síntese, pág. 8.

HOMOPARENTALIDADE. “*Estudo português aponta para uma visão positiva das famílias homossexuais*”. Disponível em <<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/74925fc7ffe25d54598b62.html>>, acesso em 12/04/09.

HOUAISS, Antonio. “*Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*”. Rio de Janeiro – Editora Objetiva, 2001. CD.

JUNG, Carl Gustav- “*Os arquétipos e o inconsciente coletivo*”. Editora Vozes, 2ª. Edição. Petrópolis, 2002.

LINHARES, Juliana. “*Homossexuais podem mudar*”. Revista Veja, Editora Abril, edição 2125- ano 42- nº 32, 12 de agosto de 2009. p. 15-19.

LOPES, Bárbara Martins e VELOSO, Bruno Henning. “*Dignidade e respeito reciprocamente considerados*”: A mudança do nome por transexual na comunidade brasileira. Disponível em: < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6504>>, acesso em 08/08/09.

MACEDO, Daniele Cristina Alaniz e ALEXANDRE, Eliane Sobrinho “*Uma visão jurídica e social da homossexualidade*”. Ed. UEL, Londrina, 2003.

MALDONADO, Maria Tereza. “*Casamento, término e reconstrução*”, 4ª. Edição, editora Vozes, Petrópolis, 1991.

MORENO, Ana Carla. “*União homoafetiva frente ao instituto da adoção*”, monografia de conclusão de curso de bacharel em Direito, 2007. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/.../16>>, Acesso em 15/07/2009.

NASIO, Juan-David. “*Um psicanalista no divã*”, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

NERY JÚNIOR, Nelson. “*Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*”. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

OLIVEIRA JUNIOR, Eudes Quintino de. “*A União Homossexual*”, artigo publicado no jornal “Diário da Região” de São José do Rio Preto, em 18 de fevereiro de 2010, coluna Opinião, página 2A.

PACHÁ, Andréa Maciel; VIEIRA JUNIOR, Enio Gentil; OLIVEIRA NETO, Francisco. “*Novas Regras para a Adoção*”. Guia Comentado. Lei sancionada em 03 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.amb.com.br/docs/noticias/2009/adocao_comentado.pdf>, acesso em 13/08/09.

PADOVEZE, João Alberto. “*Adoção de crianças por casais homossexuais*”. Disponível em < <http://www.jurisway.org.br> >, acesso em 14/07/09.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. “*Instituições de direito civil*”. Volume 5. 11ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PICAZIO, Cláudio. “*Desejos diferentes: adolescentes, homo, bi, e heterossexuais.*” Ed (GLS Edições) Summus, 1998.

PILOTTI, F.J. “*Manual de procedimento para a formação da família adotiva*”. Unidade de Estudos Sociais, Instituto Interamericano da Criança. Montevideu, 1988.

PINTO, Flavia Ferreira. “*Adoção por homossexuais*” . Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 54, fev. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2669>>. Acesso em: 13/07/09.

REALE, Miguel. “*Lições Preliminares de Direito*”. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

REVISTA ÂMBITO JURÍDICO. In: Adoção no contexto social brasileiro Disponível em:<<http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/5881.pdf>>, acesso em 15/08/2009.

REVISTA ÉPOCA, Editora Globo. “STJ reconhece adoção por casal homossexual no RS”. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI136368-15228,00.html>>. Acesso em 30/04/10.

REVISTA G MAGAZINE. “Mudança de hábito”- matéria sobre cirurgia de transgenitalização, realizada pelos profissionais do Hospital de Base da cidade de São José do Rio Preto-SP. Ed. agosto 1998.p.56-59.

RODRIGUES, Sílvio. “Direito civil”: direito de família. Volume 6. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 1991.

ROUDINESCO, Elisabeth. “A Família em desordem”. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Claudiene. “A parentalidade em famílias homossexuais com filhos”: Um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas. Ribeirão Preto, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. “A clínica da intersexualidade e seus desafios para os profissionais de saúde”. Psicol. cienc. prof., set. 2003, vol.23, no.3, p.26-33.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA-SP – “Adoção por homossexuais”. Grupos de estudos. In: Serviço Social e Psicologia Judiciários, Secretaria de Recursos Humanos-SRH-TJSP. 2008.

UZIEL, Anna Paula. “Homossexualidade e adoção”. Editora Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2007.

VARGAS, Fábio de Oliveira. “Direito sucessório na união homossexual”. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1622, 10 dez.2007. Disponível em

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10742>>, acesso em 18/04/09.

VARGAS, Marlizete Maldonado. “Adoção tardia”, Da família sonhada à família possível.- Casa do Psicólogo, São Paulo, 1998.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. “Os novos paradigmas da família contemporânea- Uma perspectiva interdisciplinar.” Editora Renovar, Rio de Janeiro, 2001.

ZAMBRANO, Elizabeth. “O Direito à homoparentalidade”- cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre, Instituto de Acesso à Justiça, 2006. Apoio PROSARE (Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva).

_____. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 26, Porto Alegre. jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000200006&script=sci_arttext>, acesso em 14/08/09.

5- ANEXOS:

Anexo 1 – Substitutivo ao projeto de lei nº 1.151/95

PROJETO DE LEI Nº 1.151/95

Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - É assegurado a duas pessoas do mesmo sexo o reconhecimento de sua parceria civil registrada, visando a proteção dos direitos à propriedade, à sucessão e dos demais assegurados nesta Lei.

Art. 2º - A parceria civil registrada constitui-se mediante registro em livro próprio, nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais na forma que segue.

§ 1º - Os interessados comparecerão perante os oficiais de Registro Civil, apresentando os seguintes documentos:

I – declaração de solteiros, viúvos ou divorciados;

II - prova de capacidade civil absoluta, mediante apresentação de certidão de idade ou prova equivalente;

III - instrumento público de contrato de parceria civil.

§ 2º – Após a lavratura do contrato, a parceria civil deve ser registrada em livro próprio no Registro Civil de Pessoas Naturais.

§ 3º - O estado civil dos contratantes não poderá ser alterado na vigência do contrato de parceria civil registrada.

Art. 3º - O contrato de parceria civil registrada será lavrado em Ofício de Notas, sendo livremente pactuado e versando sobre disposições patrimoniais, deveres, impedimentos e obrigações mútuas.

§ 1º - Somente por disposição expressa no contrato, as regras nele estabelecidas também serão aplicadas retroativamente, caso tenha havido concorrência para formação de patrimônio comum.

§ 2º – São vedadas quaisquer disposições sobre adoção, tutela ou guarda de crianças ou adolescentes em conjunto, ou mesmo que sejam filhos de um dos parceiros.

Art. 4º - A extinção da parceria civil ocorrerá:

I - pela morte de um dos contratantes;

II - mediante decretação judicial.

III – de forma consensual, homologada pelo juiz.

Art. 5º - Qualquer das partes poderá requerer a extinção da parceria registrada:

I - demonstrando a infração contratual em que se fundamenta o pedido;

II - alegando desinteresse na sua continuidade.

Parágrafo único - As partes poderão requerer consensualmente a homologação judicial da extinção de sua parceria registrada.

Art. 6º - A sentença que extinguir a parceria civil conterà a partilha dos bens dos interessados, de acordo com o disposto no contrato.

Art. 7º – É nulo de pleno direito o contrato de parceria registrada feito com mais de uma pessoa ou quando houver infração ao § 2º do artigo 2º desta lei.

Parágrafo único – Ocorrendo a infração mencionada no *caput*, seu autor comete o crime de falsidade ideológica, sujeitando-se às penas do artigo 299 do Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Art. 8º - Alteram-se os arts. 29, 33 e 167 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 29 – Serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

(...)

IX – os contratos de parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo.

§ 1º – Serão averbados:

(...)

g) a sentença que declarar a extinção da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo.

Art. 33 - Haverá em cada cartório os seguintes livros:

(...)

III - E – de registro de contratos de parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo.

Art. 167 - No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos:

I - o registro:

(...)

35 - dos contratos de parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo que versem sobre comunicação patrimonial, nos registros referentes a imóveis ou a direitos reais pertencentes a qualquer das partes, inclusive os adquiridos posteriormente à celebração do contrato.

II - a averbação:

(...)

14 - das sentenças de separação judicial, de divórcio, de nulidade ou anulação do casamento e de extinção de parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo, quando nas respectivas partilhas existirem imóveis ou direitos reais sujeitos a registro."

Art. 9º - O bem imóvel próprio e comum dos contratantes de parceria civil registrada entre pessoa do mesmo sexo é impenhorável, nos termos e condições regulados pela Lei 8.009, de 29 de março de 1990.

Art. 10 – Registrado o contrato de parceria civil de que trata esta Lei, o parceiro será considerado beneficiário do Regime Geral de previdência Social, na condição de dependente do segurado.

Parágrafo único – A extinção do contrato de parceria implica o cancelamento da inscrição a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 11 – O parceiro que comprove a parceria civil registrada será considerado beneficiário da pensão prevista no art. 217, I, da Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 12 - No âmbito da Administração Pública, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal disciplinarão, através de legislação própria, os benefícios previdenciários de seus servidores que mantenham parceria civil registrada com pessoa do mesmo sexo.

Art. 13 - São garantidos aos contratantes de parceria civil registrada com pessoas do mesmo sexo, desde a data de sua constituição, os direitos à sucessão, nas seguintes condições.

I – o parceiro sobrevivente terá direitos, desde que não firme novo contrato de parceria civil registrada, ao usufruto da quarta parte dos bens do *de cujus*, se não houver filhos deste;

II – o parceiro sobrevivente terá direito, enquanto não contratar nova parceria civil registrada, ao usufruto da metade dos bens do *de cujus*, se não houver filhos, embora não sobrevivam ascendentes;

III – na falta de descendente e ascendente, o parceiro sobrevivente terá direito à totalidade da herança;

IV – se os bens deixados pelo autor da herança resultar de atividade em que haja a colaboração do parceiro, terá o sobrevivente direito à metade dos bens.

Art. 14 – O art. 454 da Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916, passa a vigorar acrescido do §3º, com a redação que se segue, passando o atual § 3º a § 4º:

“Art. 454 - (...)

§ 1º - (...)

§ 2º - (...)

§ 3º – Havendo parceria civil registrada com pessoa do mesmo sexo, a esta dará a curatela”.

Art. 15 - O art. 113 da Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 113 - (...)

(...)

VI – ter contrato de parceria civil registrada com pessoa de nacionalidade brasileira".

Art. 16 – É reconhecido aos parceiros o direito de composição de rendas para aquisição da casa própria e todos os direitos relativos a plano de saúde e seguro de grupo.

Art. 17 – Será admitida aos parceiros a inscrição como dependentes para efeitos de legislação tributária.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1996..

Anexo 2- “Resolução do Conselho Federal de Psicologia n° 1/99 de 23 de março de 1999”:

"Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual"

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais regimentais, CONSIDERANDO que o psicólogo é um profissional da saúde;

CONSIDERANDO que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é freqüentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.

CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

CONSIDERANDO que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente;

CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações.

RESOLVE:

Art. 1° - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2° - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3° - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4° - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Art. 5° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se todas as disposições em contrário. Brasília, 23 de março de 1999.
Brasília, 23 de março de 1999.
ANA MERCÊS BAHIA BOCK
Conselheira Presidente

Anexo 3- “Lei nº 3406 de 15 de maio de 2000- Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual, e dá outras providências”.

Art. 1º - Esta Lei estabelece penalidades aos estabelecimentos localizados no Estado do Rio de Janeiro que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual.

Art. 2º - Dentro de sua competência, o Poder Executivo penalizará todo estabelecimento comercial, industrial, entidades, representações, associações, sociedades civis ou de prestações de serviços que, por atos de seus proprietários ou prepostos, discriminem pessoas em função de sua orientação sexual, ou contra elas adotem atos de coação ou violência.

Parágrafo único - Entende-se por discriminação a adoção de medidas não previstas na legislação pertinente, tais como:

- I - Constrangimento;
- II - Proibição de ingresso ou permanência;
- III - Preterimento quando da ocupação e/ou imposição de pagamento de mais de uma unidade, nos casos de hotéis, motéis e similares;
- IV - Atendimento diferenciado;
- V - Cobrança extra para ingresso ou permanência.

Art. 3º - No caso do infrator ser agente do Poder Público, o descumprimento da presente Lei será apurado através de processo administrativo pelos órgãos competentes, independentes das sanções civis e penais cabíveis, definidas em normas específicas.

§ 1º - Considera-se infrator desta Lei a pessoa que, direta ou indiretamente, tenha concorrido para o cometimento da infração.

§ 2º - A pessoa que se julgar discriminada terá que fazer prova testemunhal e legal do fato.

Art. 4º - Ao infrator desta Lei ou agente do Poder Público que por ação ou omissão for responsável por práticas discriminatórias, serão aplicadas as seguintes sanções:

- I - suspensão;
- II - afastamento definitivo.

Art. 5º - Os estabelecimentos privados que não cumprirem o disposto na presente Lei estarão sujeitos às seguintes sanções:

- I - inabilitação para acesso a créditos estaduais;

II - multa de 5.000 (cinco mil) a 10.000 (dez mil) UFIR's, duplicada em caso de reincidência;

III - suspensão do seu funcionamento por trinta dias;

IV - interdição do estabelecimento.

Art. 6º - Todos os cidadãos podem comunicar às autoridades as infrações à presente Lei.

Art. 7º - O Poder Executivo deverá manter setor especializado para receber denúncias relacionadas às infrações à presente Lei.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Anexo 4- “Lei Estadual 10.948/2001 de combate à discriminação homofóbica em São Paulo”.

A Lei Estadual nº 10.948/2001 decretada pela Assembléia Legislativa de São Paulo e promulgada por Geraldo Alkmim em sua gestão penaliza administrativamente, a prática de discriminação por orientação sexual. Pode ser punido todo cidadão, inclusive detentor de função pública, civil ou militar, e toda organização social, empresa pública ou privada (restaurantes, escolas, postos de saúde, motéis, etc.)

Artigo 1º - Será punida, nos termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero.

Artigo 2º - Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos homossexuais, bissexuais ou transgêneros, para os efeitos desta lei:

I - praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II - proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VI - praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado;

VII - inibir ou proibir a admissão ou o acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado em função da orientação sexual do profissional;

VIII - proibir a livre expressão e manifestação de afetividade, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos.

Artigo 3º - São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública,

civil ou militar, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste Estado, que intentarem contra o que dispõe esta lei.

Artigo 4º - A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante:

I - reclamação do ofendido;

II - ato ou ofício de autoridade competente;

III - comunicado de organizações não-governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.

Artigo 5º - O cidadão homossexual, bissexual ou transgênero que for vítima dos atos discriminatórios poderá apresentar sua denúncia pessoalmente ou por carta, telegrama, telex, via Internet ou fac-símile ao órgão estadual competente e/ou a organizações não-governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.

§ 1º - A denúncia deverá ser fundamentada por meio da descrição do fato ou ato discriminatório, seguida da identificação de quem faz a denúncia, garantindo-se, na forma da lei, o sigilo do denunciante.

§ 2º - Recebida a denúncia, competirá à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania promover a instauração do processo administrativo devido para apuração e imposição das penalidades cabíveis.

Artigo 6º - As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão as seguintes:

I - advertência;

II - multa de 1000 (um mil) UFESPs - Unidades Fiscais do Estado de São Paulo;

III - multa de 3000 (três mil) UFESPs - Unidades Fiscais do Estado de São Paulo, em caso de reincidência;

IV - suspensão da licença estadual para funcionamento por 30 (trinta) dias;

V - cassação da licença estadual para funcionamento.

§ 1º - As penas mencionadas nos incisos II a V deste artigo não se aplicam aos órgãos e empresas públicas, cujos responsáveis serão punidos na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado - Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968.

§ 2º - Os valores das multas poderão ser elevados em at 10 (dez) vezes quando for verificado que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuas.

§ 3º - Quando for imposta a pena prevista no inciso V supra, deverá ser comunicada a autoridade responsável pela emissão da licença, que providenciará a sua cassação, comunicando-se, igualmente, a autoridade municipal para eventuais providências no âmbito de sua competência.

Artigo 7º - Aos servidores públicos que, no exercício de suas funções e/ou em repartição pública, por ação ou omissão, deixarem de cumprir os dispositivos da presente lei, serão aplicadas as penalidades cabíveis nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos.

Artigo 8º - O Poder Público disponibilizará cópias desta lei para que sejam afixadas nos estabelecimentos e em locais de fácil leitura pelo público em geral.

Artigo 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 5 de novembro de 2001.

Anexo 5- “Lei 14170 de 15 de janeiro de 2002 – Determina a imposição de sanções à pessoa jurídica por ato discriminatório contra pessoa em virtude de sua orientação sexual”.

Art. 1º - O Poder Executivo imporá, no limite da sua competência, sanção à pessoa jurídica que, por ato de seu proprietário, dirigente, preposto ou empregado, no efetivo exercício da atividade profissional, discrimine ou coaja pessoa, ou atente contra os seus direitos, em razão de sua orientação sexual.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se discriminação, coação e atentado contra os direitos da pessoa os seguintes atos, desde que comprovadamente praticados em razão da orientação sexual da vítima:

I - constrangimento de ordem física, psicológica ou moral;

II - proibição de ingresso ou permanência em logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público, inclusive o de propriedade de ente privado;

III - preterição ou tratamento diferenciado em logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público, inclusive o de propriedade de ente privado;

IV - coibição da manifestação de afeto em logradouro público, estabelecimento público ou estabelecimento aberto ao público, inclusive o de propriedade de ente privado;

V - impedimento, preterição ou tratamento diferenciado em relação que envolva a aquisição, a locação, o arrendamento ou o empréstimo de bem móvel ou imóvel, para qualquer finalidade;

VI - demissão, punição, impedimento de acesso, preterição ou tratamento diferenciado em relação que envolva o acesso ao emprego e o exercício da atividade profissional.

Art. 3º - A pessoa jurídica de direito privado que, por ação de seu proprietário, preposto ou empregado no efetivo exercício de suas atividades profissionais, praticar ato previsto no artigo 2º fica sujeita a: I - advertência; II - multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizados por índice oficial de correção monetária, a ser definido na regulamentação desta Lei; III - suspensão do funcionamento do estabelecimento; IV - interdição do estabelecimento; V - inabilitação para acesso a crédito estadual; VI - rescisão de contrato firmado com órgão ou entidade da administração pública estadual; VII - inabilitação para recebimento de isenção, remissão, anistia ou qualquer outro benefício de natureza tributária. Parágrafo único - Os valores pecuniários recolhidos na forma do inciso II deste artigo serão integralmente destinados ao centro de referência a ser criado nos termos do artigo 6º desta Lei.

Art. 4º - A pessoa jurídica de direito público que, por ação de seu dirigente, preposto ou empregado no efetivo exercício de suas atividades profissionais, praticar ato previsto no artigo 2º desta Lei fica sujeita, no que couber, às sanções previstas no seu artigo 3º. Parágrafo único - O infrator, quando agente do poder público, terá a conduta averiguada por meio de procedimento apuratório, instaurado por órgão competente, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 5º - Fica assegurada, na composição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, a participação de um representante das entidades civis, legalmente reconhecidas, voltadas para a defesa do direito à liberdade de orientação sexual.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da administração pública estadual, um centro de referência voltado para a defesa do direito à liberdade de orientação sexual, que contará com os recursos do Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos. Parágrafo único - Até que se crie o centro de referência de que trata este artigo, os valores pecuniários recolhidos na forma do inciso II do artigo 3º serão destinados integralmente ao Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação, por meio de ato em que se estabelecerão, entre outros fatores: I - o mecanismo de recebimento de denúncia ou representação fundada nesta Lei; II - as formas de apuração de denúncia ou representação; III - a graduação das infrações e as respectivas sanções; IV - a garantia de ampla defesa dos denunciados.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo 6- “Lei nº 3786, de 26 de março de 2002 – Acrescenta o § 7º ao artigo 29, da Lei 285/79 modificada pela Lei 3189/99 e dá outras providências”.

Art. 1º - Fica acrescentado o § 7º ao artigo 29 da Lei 285/79, com o seguinte teor:

§ 7º – Equipara-se à condição de Companheira ou Companheiro de que trata o inciso I deste artigo, os parceiros do mesmo sexo, que mantenham relacionamento de união estável, aplicando-se para configuração da união estável, no que couber, os preceitos legais incidentes sobre a união estável entre parceiros de diferentes sexos.”

Art. 2º - Fica garantida aos servidores públicos estaduais para fins de benefícios previdenciários, a averbação da condição de parceiros do mesmo sexo, junto à autoridade competente, com o objetivo de assegurar os direitos e evitar o desamparo e a discriminação em virtude da orientação sexual já proibidos e penalizados pela Lei 3406/2000.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

ANEXO 7- Projeto de Lei 5003/2001 (PLC 122/2006) Substitutivo Adotado - CCJC

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3, do art. 140, do Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940— Código Penal — e ao art. 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Art. 2º A ementa da lei passa vigorar com a seguinte redação: “Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero (NR)”.

Art. 3º O artigo 1º, da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. (NR)”.

Art. 4º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º: “Art. 4º Praticar o empregador ou seu preposto, atos de dispensa direta ou indireta. Pena: reclusão de dois a cinco anos.”

Art. 5º Os artigos 5º, 6º e 7º, da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º Impedir, recusar ou proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público; Pena — reclusão de um a três anos”.

“Art. 6º Recusar, negar, impedir, preterir, prejudicar retardar ou excluir em qualquer sistema de seleção educacional, recrutamento ou promoção funcional ou profissional. Pena — reclusão de três a cinco anos”.

“Art. 7º Sobretaxar, recusar, preterir ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares; Pena — reclusão de três a cinco anos” Art. 6º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º ‘Art. 7º Sobretaxar recusar, preterir ou impedir a locação, a compra, a aquisição, o arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade; Pena: reclusão de dois a cinco anos.”Art. 7º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 8º-A e 8º-B:

“Art. 8º-A. Impedir ou restringir a expressão e a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público, em virtude das características previstas no artigo 1º; Pena: reclusão de dois a cinco anos”.“Art. 8º-B. Proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas ao demais cidadãos ou cidadãs. Pena: reclusão de dois a cinco anos.” Art. 8º Os artigos 16 e 20, da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 16. Constitui efeito da condenação; I - a perda do cargo ou função pública. para o servidor público; II - inabilitação Para contratos com órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional; III — proibição de acesso a créditos concedidos pelo Poder Público e suas instituições financeiras, ou a programas de incentivo ao desenvolvimento por estes instituídos ou mantidos; IV — vedação de isenções, remissões, anistias ou quaisquer benefícios de natureza tributária. V— multa de até 10.000 (dez mil) UFIRs, podendo ser multiplicada em até 10 (dez) vezes em caso de reincidência, e levando-se em conta a capacidade financeira do infrator. VI — suspensão do funcionamento dos estabelecimentos por prazo não superior a três meses. § 1º Os recursos provenientes das multas estabelecidas por esta lei, serão destinados para campanhas educativas contra a discriminação. § 2º Quando o ato ilícito for praticado por contratado, concessionário, permissionário da Administração Pública, além das responsabilidades individuais será acrescida a pena de rescisão do instrumento contratual do convênio ou da permissão. § 3º Em qualquer caso, o prazo de inabilitação será de doze meses contados da data da aplicação da sanção. § 4º As informações cadastrais e as referências invocadas como justificadoras da discriminação serão sempre acessíveis a todos aqueles que se sujeitarem a processo seletivo, no que se refere à sua participação. (NR)” “Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

§ 5º O disposto neste artigo envolve a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica; (NR)” Art. 9º A Lei nº.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 20-A e 20-B: “Art. 20-A. A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo e pena), que terá início mediante: I - reclamação do ofendido ou ofendida; II – ato ou ofício de autoridade competente; III - comunicado de organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.” Art. 20-B. A interpretação dos dispositivos dessa lei e de todos os instrumentos normativos de proteção do direitos de igualdade, de oportunidade e de tratamento, atenderá ao princípio da mais ampla proteção dos direitos humanos. § 1º Nesse intuito, serão observados, além dos princípios e direitos previstos nessa lei, todas disposições decorrentes de tratados ou convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário, da legislação interna e das disposições administrativas. § 2º Para fins de interpretação e aplicação dessa lei, serão observadas, sempre que mais benéficas em favor da luta antidiscriminatória, as diretrizes traçadas pelas Cortes Internacionais de Direitos Humanos, devidamente reconhecidas pelo Brasil.”

Art. 10. O § 3º, do art. 140, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘

Art.140 § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena — reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa (NR)” Art. 11.0 Artigo 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “

Art. 5º :Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, orientação sexual e identidade de gênero, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.” Art.12. Esta lei entrará vigor na data de sua publicação. Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005.— Deputado Antonio Carlos Biscaia Presidente.

Anexo 7- Projeto de Lei nº 2.406/2006, aprovado em 25/06/09.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou dia 25/06/09 o Projeto de Lei nº 2.406/2006, de autoria da deputada Erika Kokay (PT), que institui o Dia de Combate à Homofobia no Distrito Federal. De acordo com o projeto, a data será comemorada anualmente no dia 17 de maio.

Segundo a autora do projeto, a data será uma oportunidade para levantar discussões e reflexões necessárias para a promoção da cidadania. "Com a instituição do dia 17 de maio como Dia de Combate à Homofobia no Distrito Federal, espera-se incentivar ações que proporcionem a discussão sobre o direito à livre orientação sexual, bem como a visibilidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Tais ações certamente contribuirão para reduzir o atual quadro de violência e discriminação contra essa parte da população", justificou. O projeto foi aprovado em segundo turno e segue para sanção ou veto do governador.

-FILMOGRAFIA SUGERIDA:

-“BABY LOVE” – Comme les Autres

Diretor- Vincent Gareng

Elenco: Lambert Wilson e Pascal Elbé.

Ano 2008-França, 90 min.

Emmanuel (Lambert Wilson) e Phillipe (Pascal Elbé) é um casal que combina em tudo. Ou quase tudo. Emmanuel sonha em ser pai, Phillipe não. O problema começa quando Emmanuel decide procurar por uma pessoa que esteja disposta a ser barriga de aluguel de um gay. Sem o apoio de Phillipe, ele corre o risco de perdê-lo para sempre.

-”DE REPENTE, CALIFÓRNIA”

Título original: Shelter

Diretor: Jonah Markowitz

Elenco: Trevor Wright, Brad Rowe, Tina Holmes, Jackson Wurth, Katie Walder, Matt

Bushell, Ross Thomas, Albert Reed

Gênero: Drama

Duração: 97 min

Ano: 2007

O jovem Zach (Trevor Wright) trabalha em uma lanchonete, sem perspectivas, e ajuda a irmã Jeanne (Tina Holmes) a cuidar de seu filho, Cody (Jackson Wurth). Quando o escritor Shaun (Brad Rowe), o irmão mais velho do amigo de Zach, retorna para uma temporada em busca da cura pelo seu desbloqueio criativo, em casa, ele logo se interessa pelos talentos artísticos de Zach. A amizade casual motivada pelo surf se transforma em uma verdadeira e íntima relação. Mas não é só o debate em torno da homossexualidade entre dois amigos de infância - já na fase adulta, que gira o filme. Com mensagens otimistas e de reflexão sobre família e sonhos - sem cair no famoso clichê de amor hollywoodiano, "De repente, Califórnia" coloca o espectador como cúmplice dos protagonistas, ao torcer para que Zach assuma a guarda do sobrinho Cody, ao lado do namorado Shaun. Fica sub-entendido no filme que a irmã dele pretende se livrar do filho de qualquer maneira para não perder o namorado que a convida a morar em outra cidade.

É desse ponto de discussão, onde um casal gay se torna única referência séria de família para uma criança de cinco anos, é que o filme cresce para o público e provoca reflexão. Ao mesmo tempo, o diretor mexe com a sociedade ao provocar que nem sempre um casal hétero é a

melhor companhia para a educação de uma criança. O filme termina com um gancho para uma possível sequência da história, pois Zach é bem mais novo que Shaun e ambos resolvem ter uma relação estável para cuidar de Cody.

-“ECLIPSE DE UMA PAIXÃO”:

Drama-112 min.

EUA-1995

O filme conta a história de um relacionamento homossexual proibido entre os poetas franceses Arthur Rimbaud (Leonardo DiCaprio) e Paul Verlaine (David Thewlis). Impressionado pelo talento e espontaneidade do jovem Rimbaud, o veterano Verlaine se aproxima do rapaz. Em noites regadas a absinto, os dois estreitam a amizade, descobrem o amor entre eles e escrevem alguns de seus poemas mais famosos. Porém, as amarras da sociedade e a própria intensidade da paixão entre eles começam a minar o relacionamento.

-“IF THESE WALLS COULD TALK II” (no Brasil: **Desejo Proibido**) Drama- Diretor Anne Heche- EUA-2000

Mostra a vida de três diferentes gerações de lésbicas. Em 1961, Vanessa Redgrave atua como a viúva de sua parceira de 50 anos. É uma história de partir o coração em que Redgrave, sem saída, assiste enquanto um parente distante de sua parceira vem e toma posse de todos os seus bens. Em 1972, a estudante de faculdade, Michelle Williams conhece Chloë Sevigny num bar lésbico. Apesar de seus amigos desaprovarem as roupas de Chloë, Michelle não consegue se afastar dessa mulher vestida de homem. Ellen DeGeneres e Sharon Stone estrelam em 2000, como um casal de lésbicas que quer nada mais do que ter um bebê. Aborda a homossexualidade feminina «retrata a realidade da homoparentalidade».

-“O SEGREDO DE BROKEBACK MOUNTAIN”

Elenco: Jake Gyllenhaal e Heath Ledger

Diretor; Ang Lee

Drama-130 min.

EUA-2005

Jack Twist (Jake Gyllenhaal) e Ennis Del Mar (Heath Ledger) são dois jovens caubóis que moram em Wyoming. Quando se conhecem, durante um trabalho temporário na montanha

Brokeback, no inverno de 1963, logo se apaixonam. Os sentimentos acabam chocando com a sociedade rural, trazendo amargos conflitos aos protagonistas, durante as décadas seguintes.

- "SOBROU PRA VOCÊ"

Título Original: The Next Best Thing (Sobrou pra você)

Gênero: Comédia: 110 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 2000

Direção: John Schlesinger

Atores: Madonna e Ruppert Everett

Abbie e Robert são amigos com muita coisa em comum: jovens, têm uma visão não convencional da vida, inteligentes, impulsivos e um terrível azar no amor. Eles fariam um par perfeito, se não houvesse um problema: Robert é gay. Um dia, porém, quando muitos coquetéis e martinis os levam a um novo nível de intimidade, eles se transformam em pais. Um novo mundo então se abre para ambos e também para Sam, seu filho, que decidem criar como se fossem uma família comum.

- "TRANSAMÉRICA"

Genêro: Aventura, Comédia, Drama

Diretor: Duncan Tucker

País: EUA

Ano: 2005

Bree é um transexual que sonha em tornar-se uma mulher de verdade. A um passo da operação que realizaria este sonho, ela descobre ser pai de um garoto de 17 anos. Por ordem de sua terapeuta, Bree vai ao encontro de seu filho, um jovem envolvido com drogas e prostituição e com um passado tão complicado quanto o dela. Com medo de lhe contar a verdade e sem ter como ignorá-lo, eles embarcam numa viagem que pode mudar suas vidas e revelar a eles mesmos quem realmente eles são.

-**VÍDEO: YOUTUBE (TWO FATHERS)** – Menino canta em homenagem aos pais homossexuais que o adotaram. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oX9y3cn-OV0>>. Acesso em 7/04/09.

-VÍDEO: YOUTUBE (TV Tudo)- Entrevista com o historiador Miguel Zioli : “A história da homossexualidade”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=coSBnBRH7Uk>>, acesso em 28/03/2009

-VIDEO: YOUTUBE - Campanha brasileira contra a homofobia será veiculada na TV Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=t5xXjlfFSFE>>, acesso em 06/08/09.

VIDEO: YOUTUBE- A Nova Lei da Adoção no Brasil. Vídeo Jornal Nacional. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=sO-G5cKDqms&feature=player_embedded, acesso em 13/08/09.

-LINKS DE TEMAS CORRELATOS:

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução 1482/1997, dispõe sobre o procedimento de transgenitalização e demais intervenções sobre gônadas e caracteres sexuais secundários. Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482_1997.htm>. Acesso em 24/07/09).

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução 1.652/2002, dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução 1.482/1997. Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1652_2002.htm>. Acesso em 24/07/09).

http://denisezinha.blogspot.com/2009/01/meu-filho-me-pediu-uma-boneca_03.html

<http://www.grupovideverso.com.br>

http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762007000200002&lng=en&nrm=iso

<http://sidneypsicologico.blogspot.com/2008/09/iii-jornada-em-diversidade-sexual-grtis.html>

<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1055240/justica-de-sp-nega-a-casal-homossexual-registro-de-bebes-com-duas-maes>

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG53915-6014,00>

[NASCE+UMA+MULHER.html](http://www.nasceuma.com.br/mulher.html)

“ÚLTIMA PÁGINA”

Mais uma vez o tempo me assusta.
Passa afobado pelo meu dia,
Atropela minha hora,
Despreza minha agenda.
Corre prepotente,
A disputar lugar com a ventania.
O tempo envelhece, não se emenda.
Deveria haver algum decreto
Que obrigasse o tempo a desacelerar
E a respeitar meu projeto.
Só assim, eu daria conta
Dos livros que vão se empilhando,
Das melodias que estão me aguardando,
Das saudades que venho sentindo,
Das verdades que ando mentindo,
Das promessas que venho esquecendo,
Dos impulsos que sigo contendo,
Dos prazeres que chegam partindo,
Dos receios que partem voltando.
Agora, que redijo a página final,
Percebo o tanto de caminho percorrido
Ao impulso da hora que vai me acelerando.
Apesar do tempo, e sua pressa desleal,
Agradeço a Deus por ter vivido,
Amanhecer e continuar teimando ...

FLORA FIGUEIREDO
DO LIVRO "CHÃO DE VENTO"